

Palácio Legislativo Água Grande

Câmara Municipal

Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Projeto de Lei

Nº 0020-2020

Início Tramitação 29-05-2020

Ementa

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária 2021 e dá outras providências (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 - LDO 2021).

Autor

Almira Ribas Garms
Prefeita Municipal

Norma _____ N.º _____

Data: _____



01
10/5

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

Ofício nº. 342/2020-GAP

Paraguaçu Paulista-SP, 28 de maio de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Sérgio Donizete Ferreira
Presidente da Câmara Municipal
Rua Guerino Mateus, 205, Jardim Paulista
19703-060 Paraguaçu Paulista-SP

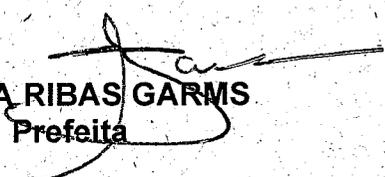
Assunto: Encaminha o Projeto de Lei nº 020/2020 (LDO 2021).

Senhor Presidente:

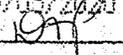
Encaminhamos à apreciação dessa egrégia Câmara Municipal o referido Projeto de Lei e a respectiva Mensagem deste Executivo, que “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 – LDO 2021)”.

Certos da atenção de Vossa Excelência, antecipamos agradecimentos e apresentamos nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente:


ALMIRA RIBAS GARMIS
Prefeita

ARG/AMM/MVR/kes/ammm
OF

CM Paraguaçu Paulista
Protocolo: 029334
Data/Hora: 29/05/2020 11:33:31
Responsável: 



02
1979

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

MENSAGEM DO EXECUTIVO

Projeto de Lei nº. 020, de 28 de maio de 2020.

Senhor Presidente e Nobres Vereadores:

Submetemos à apreciação dessa egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, para fins de análise e deliberação legislativa, onde estão elencadas as prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 – LDO 2021).

A Constituição Federal, em seu § 2º do art. 165, criou a figura da Lei de Diretrizes Orçamentárias para que se estabelecessem as metas e prioridades da Administração Municipal para o próximo ano, dispondo sobre as despesas de capital, alterações na legislação tributária, bem como orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, financeiramente quantificadas e estimadas provisoriamente.

O presente Projeto de Lei está em conformidade com a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Na elaboração do presente projeto observou-se o seu vínculo necessário ao Plano Plurianual e às exigências contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo destacar-se nos anexos deste projeto, as metas e prioridades da Administração Municipal e do Instituto Municipal de Seguridade Social (IMSS), com a exposição de receitas, despesas, resultado primário, montante da dívida pública, para os três exercícios seguintes, o que atende ao princípio do equilíbrio orçamentário fundamental das finanças públicas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias não se limita, no entanto, a definir somente metas e prioridades do Governo Municipal, mas também orienta a elaboração da lei orçamentária e estabelece critérios e medidas para a Administração ao elaborar o seu orçamento anual, em consonância com as seguintes diretrizes:

I - desenvolvimento social: melhoria e humanização do atendimento da rede de saúde pública, elevação do padrão de qualidade educacional, melhoria da qualidade de vida e autoestima da população, equidade, justiça, inclusão e proteção social;



032
07

**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo**

II - desenvolvimento econômico e sustentabilidade: promoção de investimentos e fomento às atividades agropecuárias, industriais, comerciais, de serviços e turísticas, geração de emprego e renda, fomento à competitividade e criação de oportunidades, proteção e recuperação ambiental;

III - desenvolvimento urbano e rural: superação das desigualdades entre a cidade e o campo, conectividade, segurança urbana e rural;

IV - gestão pública: defesa do interesse público, ética, legalidade, transparência, inovação, eficiência, austeridade fiscal e tecnologia a serviço do cidadão.

Posto isto, solicitamos o apoio dos Nobres Vereadores na deliberação e aprovação desta tão importante propositura, pelo que, desde já agradecemos.

Atenciosamente.


ALMIRA RIBAS GARMS
Prefeita



04
PMP

**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo**

PROJETO DE LEI Nº 020, DE 28 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 – LDO 2021).

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

APROVA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 297 da Lei Orgânica do Município, são estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista para 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 – LDO 2021), compreendendo:

- I - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- II - as metas e prioridades da administração pública municipal;
- III - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- IV - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V - as programações decorrentes de emendas parlamentares;
- VI - as disposições finais.

Parágrafo único. Integram a presente lei as prioridades e metas da administração pública municipal, as metas e riscos fiscais e outros demonstrativos, constantes dos anexos respectivos.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 2º A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da administração direta e indireta, em consonância com as seguintes diretrizes:

CM Paraguaçu Paulista
Protocolo: 029334
Data/Hora: 29/05/2020 11:33:31
Responsável: DTP



05
1970

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº _____, de 28 de maio de 2020 Fls. 2 de 15

I - desenvolvimento social: melhoria e humanização do atendimento da rede de saúde pública, elevação do padrão de qualidade educacional, melhoria da qualidade de vida e autoestima da população, equidade, justiça, inclusão e proteção social;

II - desenvolvimento econômico e sustentabilidade: promoção de investimentos e fomento às atividades agropecuárias, industriais, comerciais, de serviços e turísticas, geração de emprego e renda, fomento à competitividade e criação de oportunidades, proteção e recuperação ambiental;

III - desenvolvimento urbano e rural: superação das desigualdades entre a cidade e o campo, conectividade, segurança urbana e rural;

IV - gestão pública: defesa do interesse público, ética, legalidade, transparência, inovação, eficiência, austeridade fiscal e tecnologia a serviço do cidadão.

Parágrafo único. O Município aplicará, no mínimo:

I - 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212, da Constituição Federal; e

II - 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 77 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, nas ações e serviços de saúde.

Art. 3º O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas nesta lei, com o Plano Plurianual 2018-2021, o art. 165, §§ 5º, 6º, 7º e 8º, da Constituição Federal, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal;

II - o orçamento da seguridade social.

§ 2º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a receita em anexo próprio e de acordo com a classificação constante do Anexo I - Natureza da Receita - da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, e alterações, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 3º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa, com relação à sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza



06
07

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº _____, de 28 de maio de 2020 Fls. 3 de 15

da despesa e modalidade de aplicação, conforme o disposto na Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 4º As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2021, na respectiva Lei e nos créditos adicionais, por programas, projetos, atividades ou operações especiais e respectivos subtítulos, com indicação, quando for o caso, do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 5º O projeto de lei do orçamento será elaborado por sistema de processamento de dados, ficando o Poder Executivo autorizado a disponibilizar acesso aos dados do programa respectivo aos técnicos do Poder Legislativo para que estes possam processar eventuais alterações ocasionadas pela apresentação de emendas e devidamente aprovadas, conforme diretrizes constantes desta lei.

Seção II

Das Diretrizes Específicas

Art. 4º A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2021 obedecerá às seguintes disposições:

I - cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas;

II - cada projeto constará somente de uma unidade orçamentária e de um programa;

III - as atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade orçamentária;

IV - a alocação dos recursos na Lei Orçamentária será efetuada de modo a possibilitar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo;

V - na estimativa da receita considerar-se-á a tendência do presente exercício e o incremento da arrecadação decorrente das modificações na legislação tributária;

VI - as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em julho de 2020;

VII - somente serão incluídos novos projetos, desde que devidamente atendidos aqueles em andamento, com a previsão de dotações orçamentárias



07/07

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº _____, de 28 de maio de 2020 Fls. 4 de 15

suficientes para o seu atendimento, bem como contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;

VIII - os recursos legalmente vinculados à finalidade específica deverão ser utilizados exclusivamente para o atendimento do objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§ 1º Os projetos a serem incluídos na lei orçamentária anual poderão conter previsão de execução por etapas, devidamente definidas nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

§ 2º A proposta orçamentária deverá contemplar superavit orçamentário, mesmo que parcial, para liquidar, ainda que progressivamente, eventual déficit financeiro de exercícios anteriores.

§ 3º As despesas com publicidade deverão ser destacadas em atividade específica na estrutura programática, sob denominação que permita a sua clara identificação.

Art. 5º Para atendimento do disposto nesta lei, as unidades orçamentárias dos Poderes Legislativo e Executivo, e das entidades da administração indireta encaminharão suas propostas parciais ao Departamento Municipal de Administração e Finanças até o dia 31 de julho de 2020.

§ 1º As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o ano em curso, considerados os acréscimos ou supressões, ocasionados por créditos adicionais, ressalvados os casos de aumento ou diminuição dos serviços a serem prestados.

§ 2º As unidades orçamentárias dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as da administração indireta, demonstrarão, pormenorizadamente, suas necessidades financeiras a serem atendidas pela Prefeitura, por conta de transferências financeiras.

Art. 6º A Lei Orçamentária Anual não poderá prever receitas de operações de crédito com montante superior ao das despesas de capital, excluídas aquelas por antecipação de receita orçamentária.

§ 1º Considerando o disposto no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a:

I - realizar operações de crédito até o limite estabelecido na legislação vigente e aplicável à espécie;

II - realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação vigente;



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº _____, de 28 de maio de 2020 Fls. 5 de 15

III - abrir créditos adicionais suplementares, por anulação, superavit financeiro ou excesso de arrecadação, até o limite de 6% (seis por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

§ 2º A autorização prevista no inciso III do § 1º deste artigo aplica-se também ao Poder Legislativo, desde que os recursos para sua abertura sejam provenientes da anulação de suas próprias dotações.

§ 3º Ato do Poder Executivo municipal poderá transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 e nos créditos adicionais, em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades, e de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 4º do art. 3º desta lei.

§ 4º A transposição, a transferência ou o remanejamento conforme previsto no § 3º deste artigo não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 ou nos créditos adicionais, hipótese em que poderá haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional, da esfera orçamentária e do programa de gestão, manutenção e serviço do novo órgão.

Art. 7º A Lei Orçamentária Anual deverá conter reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A reserva de contingência do Poder Executivo corresponderá aos valores apurados a partir da situação financeira do mês de julho do corrente exercício, projetados até o seu final, observando-se o limite de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida.

§ 2º O Instituto Municipal de Seguridade Social (IMSS) conterà reserva de contingência em valor equivalente ao esperado superavit orçamentário do exercício.

Art. 8º A transferência de recursos às pessoas de direito privado, a título de parcerias voluntárias em regime de mútua cooperação, que desenvolvam atividades ou projetos para a consecução de finalidades de interesse público, deverão observar as instruções vigentes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a legislação própria, conforme o caso:



09
197P

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº _____, de 28 de maio de 2020 Fls. 6 de 15

I - Contratos de Gestão: Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, alterações e regulamento, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais;

II - Termos de Parceria: Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999, alterações e regulamento, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da sociedade civil de interesse público;

III - Termos de Colaboração ou de Fomento: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e alterações, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

IV - Termos de Compromisso Cultural: Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva;

V - Transferências referidas no art. 2º da Lei Federal nº 10.845, de 5 de março de 2004, e alterações, Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (PAED); e nos arts. 5º e 33-A da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e alterações, atendimento do Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) aos alunos da educação básica;

VI - Convênios e outros ajustes congêneres: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Parágrafo único. Na formalização de termos de colaboração ou fomento para concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições, além da autorização em lei específica e das regras estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, deverão ser atendidos os critérios próprios e específicos do Decreto Municipal nº 6.090, de 16 de fevereiro de 2017, e os seguintes:

I - atendimento direto e gratuito ao público;

II - certificação junto ao respectivo conselho municipal, estadual ou federal;

III - aplicação na atividade-fim de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da receita total;

IV - compromisso de franquear, na Internet, demonstrativo semestral de uso do recurso municipal repassado;

V - prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos, devidamente avalizada pelo Controle Interno;



10
10/10

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº _____, de 28 de maio de 2020 Fls. 7 de 15

VI - salário dos dirigentes nunca maior do que o subsídio do Prefeito.

Art. 9º Sem prejuízo das disposições do art. 8º desta lei, a formalização de ajustes para destinação de recursos às Organizações da Sociedade Civil, dependerá de:

I - Plano ou Programa de Trabalho devidamente aprovado pela área técnica responsável pela respectiva Política Pública;

II - previsão orçamentária em classificação adequada à finalidade do repasse, nos termos da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações;

III - observância das regras específicas quando efetuada com recursos de fundos especiais, além das regras gerais.

Art. 10. O custeio, pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência dos Estados, do Distrito Federal e da União, somente poderá ocorrer:

I - caso se refira às ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no art. 23 da Constituição Federal;

II - se houver autorização expressa em lei específica, detalhando o seu objeto;

III - se for objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere.

§ 1º O Município manterá:

I - convênios com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (Banco do Povo Paulista e Posto de Atendimento do Trabalhador), Corpo de Bombeiros, Polícias Militar e Civil, Tiro de Guerra, Delegacia e Junta do Serviço Militar;

II - programas/convênios nas áreas educacional, assistencial e de saúde;

III - campanhas de marketing com distribuições de prêmios procurando atrair os contribuintes para o recolhimento de seus tributos.

§ 2º Ficam autorizadas os convênios/parcerias já existentes entre o Município e os Governos Federal e Estadual, nas áreas mencionadas neste artigo.

Seção III

Da Execução do Orçamento

Art. 11. Até trinta dias após a aprovação do orçamento, o Poder Executivo deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.



11
1970

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº _____, de 28 de maio de 2020 Fls. 8 de 15

§ 1º As receitas, conforme as previsões respectivas serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais.

§ 2º A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Art. 12. Caso ocorra frustração das metas de arrecadação da receita, comprometendo o equilíbrio entre a receita e a despesa ou mesmo as metas de resultados, será fixada a limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 1º A limitação de que trata este artigo será fixada de forma proporcional à participação dos Poderes Legislativo e Executivo no total das dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária de 2021 e de seus créditos adicionais.

§ 2º A limitação terá como base percentual de redução proporcional ao deficit de arrecadação e será determinada por unidades orçamentárias.

§ 3º A limitação de empenho e da movimentação financeira será determinada pelos Chefes do Poder Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por ato da mesa e por decreto.

§ 4º Exclui-se da limitação de que trata este artigo as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução.

Art. 13. O Poder Legislativo, por ato da mesa, deverá estabelecer até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, o cronograma anual de desembolso mensal para pagamento de suas despesas.

Parágrafo único. O cronograma de que trata o *caput* deste artigo contemplará as despesas correntes e de capital, levando-se em conta os dispêndios mensais para o alcance dos objetivos de seus programas.

Art. 14. Para efeito de exclusão das normas aplicáveis à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa, considera-se despesa irrelevante, aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.

Art. 15. Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que importem em renúncia de receita deverão obedecer as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo estar acompanhados do demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro a que se refere o seu art. 14.



120
PM

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº _____, de 28 de maio de 2020 Fls. 9 de 15

§ 1º Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos:

I - cujos montantes sejam inferiores aos dos respectivos custos de cobrança;

II - e os decorrentes dos descontos para pagamento à vista de tributos municipais, desde que os valores respectivos tenham sido considerados na estimativa da receita.

§ 2º Considerando o disposto no § 1º, inciso II, deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a conceder, no exercício de 2021, o desconto de até 15% (quinze por cento) para pagamento à vista (cota única) do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e da Taxa de Licença para Funcionamento.

§ 3º Se a data de vencimento para pagamento à vista coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local de pagamento dos tributos municipais, considera-se o vencimento automaticamente prorrogado para o dia útil subsequente.

CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES E METAS

Art. 16. As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2021 são as especificadas no Anexo de Prioridades e Metas, que integra esta lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2021 e na sua execução.

Parágrafo único. Acompanha esta lei, demonstrativo das ações relativas a despesas obrigatórias de caráter continuado de ordem legal ou constitucional, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO IV

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 17. O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II - revogações das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;



13
1971

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº _____, de 28 de maio de 2020 Fis. 10 de 15

III - revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;

IV - atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

V - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A PESSOAL E ENCARGOS

Art. 18. O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei visando revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e salários, incluindo:

I - a concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;

II - a criação e a extinção de cargos públicos, bem como a criação e alteração de estrutura de carreira;

III - o provimento de cargos e contratações emergenciais estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente.

Parágrafo único. As alterações autorizadas neste artigo dependerão da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 19. O total da despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês, somada com a dos onze meses imediatamente anteriores, apuradas ao final de cada quadrimestre, não poderá exceder o limite máximo de 60% (sessenta por cento), assim dividido:

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

Parágrafo único. Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior de que trata o *caput* deste artigo;



14
1970

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº _____, de 28 de maio de 2020 Fls. 11 de 15

IV - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos provenientes:

- a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
- b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal;
- c) das demais receitas diretamente arrecadadas pelo fundo vinculado à previdência municipal.

CAPÍTULO VI

DAS PROGRAMAÇÕES DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES

Art. 20. O Projeto de Lei Orçamentária de 2021 conterà reserva específica para atendimento de programações decorrentes de emendas parlamentares individuais.

§ 1º A reserva prevista no *caput* deste artigo será equivalente ao limite estabelecido no art. 297-A da Lei Orgânica do Município.

§ 2º Nos termos do art. 297-A da Lei Orgânica do Município:

I - as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde;

II - é obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere este artigo, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, assegurada a participação equitativa de cada Vereador na indicação das emendas orçamentárias.

Art. 21. As propostas de emendas individuais ao projeto de lei orçamentária deverão:

I - ser compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indicar o objeto, valor, fonte de recursos (anulação de dotação), beneficiário, objetivo e metas a serem atingidas, admitidas apenas as provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
- b) serviços da dívida;



15
97

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº _____, de 28 de maio de 2020 Fls. 12 de 15

c) compromissos com convênios, termos de colaboração e termos de fomento com terceiros.

Art. 22. O valor destinado às emendas individuais deverá ser suficiente para execução do objeto proposto no exercício.

Parágrafo único. Ocorrendo a insuficiência de recursos, a suplementação deverá ser financiada por outra emenda parlamentar.

Art. 23. Para os valores orçamentários destinados a atender as emendas individuais, estando compatíveis os objetos propostos, deverão ser efetuados os pagamentos seguindo a programação financeira mensal estabelecida pelo Departamento Municipal de Administração e Finanças ou órgão municipal equivalente.

Art. 24. Compete à Câmara Municipal, após a confecção do autógrafo da lei orçamentária anual, encaminhar ao Departamento Municipal de Administração e Finanças ou órgão municipal equivalente a relação das emendas individuais aprovadas e seus respectivos programas de trabalho para fins de cadastramento no Sistema de Contabilidade e Finanças do Município.

Art. 25. As programações orçamentárias decorrentes de emendas individuais não serão de execução obrigatória nos casos de impedimento de ordem técnica.

§ 1º Serão considerados impedimentos de ordem técnica:

- I - a não indicação do beneficiário e do valor da emenda;
- II - a não apresentação do plano de trabalho das emendas a serem executadas de forma descentralizada ou a não realização da complementação e dos ajustes solicitados no plano de trabalho;
- III - a desistência da proposta por parte do proponente;
- IV - a incompatibilidade do objeto proposto com a finalidade da ação orçamentária;
- V - a incompatibilidade do objeto proposto com o programa de trabalho do órgão ou entidade executora;
- VI - a incompatibilidade do valor proposto com o cronograma de execução do projeto ou proposta de valor que impeça a conclusão de uma etapa útil do projeto;
- VII - a não aprovação do plano de trabalho;



16
1971

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº _____, de 28 de maio de 2020 Fls. 13 de 15

VIII - outras razões de ordem técnica, devidamente justificadas.

§ 2º Os impedimentos de que trata este artigo serão analisados pelos órgãos e entidades responsáveis pela execução da emenda.

§ 3º Nos casos de qualquer impedimento de ordem técnica insuperável, os órgãos e entidades executores enviarão ao Departamento Municipal de Administração e Finanças ou órgão municipal equivalente as justificativas do impedimento, para fins de comunicação ao parlamentar autor da emenda.

Art. 26. Nos casos de impedimento de ordem técnica insuperável, ou por critérios de conveniência ou oportunidade de seu autor, as programações orçamentárias relativas às emendas individuais poderão ser alteradas ao longo do exercício de 2021, mediante ofício do parlamentar endereçado ao Gabinete do Prefeito, observadas as seguintes condições:

I - o ofício deverá ser encaminhado no período de janeiro a setembro;

II - o ofício deverá ser consolidado com os seguintes dados:

- a) nome do autor da emenda;
- b) número de identificação da emenda;
- c) alocação orçamentária originária, composta da classificação institucional, da classificação funcional programática e da natureza da despesa;
- d) objeto originário;
- e) nova alocação orçamentária, composta da classificação institucional, da classificação funcional programática e da natureza da despesa;
- f) novo objeto;
- g) valor a ser redistribuído.

Parágrafo único. Deverão ser respeitados os limites percentuais estabelecidos no art. 297-A da Lei Orgânica do Município e art. 20 desta lei.

Art. 27. Quando a transferência de recursos do Município para a execução da ação orçamentária decorrente de emendas individuais for destinada a Organizações da Sociedade Civil, obedecerá ao disposto nos arts. 8º e 9º desta lei.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os repasses mensais de recursos financeiros ao Poder Legislativo será realizado de acordo com o cronograma anual de desembolso



17
MP

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº _____, de 28 de maio de 2020 Fls. 14 de 15

mensal de que trata o art. 13 desta Lei, respeitado o limite máximo estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal de 1988.

§ 1º Caso a Lei Orçamentária de 2021 tenha contemplado ao Poder Legislativo dotações superiores ao limite máximo previsto no *caput* deste artigo, aplicar-se-á a limitação de empenho e da movimentação financeira, para o ajuste ao limite.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do previsto no § 1º deste artigo, deverá o Poder Executivo comunicar o fato ao Poder Legislativo, no prazo de até noventa dias após o início da execução orçamentária respectiva.

§ 3º No caso da não elaboração do cronograma anual de desembolso mensal, os recursos financeiros serão repassados à razão de um doze avos por mês, aplicados sobre o total das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo, respeitado, em qualquer caso, o limite máximo previsto na Constituição Federal.

Art. 29. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do pedido.

Art. 30. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo será responsável pelo controle de custos e avaliação dos resultados dos programas relacionados a:

- I - execução de obras;
- II - controle de frota;
- III - coleta e distribuição de água;
- IV - coleta e disposição de esgoto;
- V - coleta e disposição do lixo domiciliar;
- VI - entre outros.

Art. 31. O Poder Executivo enviará até o dia 30 de setembro, o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.



18
1970

**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo**

Projeto de Lei nº _____, de 28 de maio de 2020 Fls. 15 de 15

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não devolver o autógrafa da lei orçamentária para sanção do Poder Executivo, de conformidade com a Lei Orgânica do Município.

§ 2º Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a sua programação poderá ser executada na proporção de um doze avos do total da despesa orçada.

Art. 32. Constarão da proposta orçamentária do Município, demonstrativos discriminando a totalidade das receitas e das despesas do Instituto Municipal de Seguridade Social (IMSS).

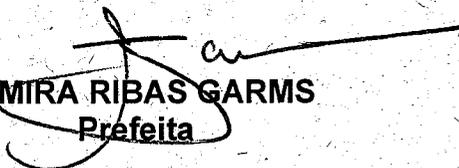
Parágrafo único. As receitas e as despesas serão desdobradas na forma do Anexo II, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e da Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 33. O Instituto Municipal de Seguridade Social (IMSS) deverá realizar avaliação atuarial anualmente, de acordo com o disposto no art. 8º da Portaria MPS nº. 402, de 10 de dezembro de 2008, e suas alterações.

Art. 34. Caso os valores previstos no Anexo de Metas Fiscais apresentarem defasados, na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a despesa autorizada.

Art. 35. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, 28 de maio de 2020.


ALMIRA RIBAS GARMS
Prefeita

ARG/AMM/kes/ammm
PLO



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PRIORIDADES E INDICADORES POR PROGRAMAS (Situação da LDO em 27/05/2020)

2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| Programa | Descrição | | | | |
|------------------------------------|--|--------------------------|----------------|-----------------------|----------------------|
| 0001 | PROCESSO LEGISLATIVO | | | | |
| <i>Indicador</i> | | <i>Unidade de Medida</i> | | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
| SESSÕES LEGISLATIVAS | | UN | UNIDADE | 20 | 20 |
| 0002 | COORDENAÇÃO SUPERIOR | | | | |
| <i>Indicador</i> | | <i>Unidade de Medida</i> | | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
| MANUTENÇÃO GERAL | | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| METROS QUADRADOS | | M2 | METRO QUADRADO | 600 | 0 |
| 0003 | ATENDIMENTO COM QUALIDADE | | | | |
| <i>Indicador</i> | | <i>Unidade de Medida</i> | | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
| MANUTENÇÃO GERAL | | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| 0004 | SERVIÇOS GERAIS À COMUNIDADE | | | | |
| <i>Indicador</i> | | <i>Unidade de Medida</i> | | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
| REFORMA/AMPLIAÇÃO CEMITÉRIO | | UN | UNIDADE | 1 | 1 |
| REFORMA/ADEQUAÇÃO PREDIOS | | UN | UNIDADE | 4 | 4 |
| VEICULOS LEVES NOVOS | | UN | UNIDADE | 1 | 2 |
| MAQUINAS PESADAS NOVAS | | UN | UNIDADE | 1 | 2 |
| CAMINHÕES NOVOS | | UN | UNIDADE | 2 | 4 |
| MANUTENÇÃO GERAL | | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| 0005 | DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACIONAL | | | | |
| <i>Indicador</i> | | <i>Unidade de Medida</i> | | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
| PROJETOS HABITACIONAIS | | UN | UNIDADE | 250 | 0 |
| MANUTENÇÃO EM GERAL | | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| 0006 | DESENVOLVIMENTO RURAL | | | | |
| <i>Indicador</i> | | <i>Unidade de Medida</i> | | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
| AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLA | | UN | UNIDADE | 8 | 2 |
| MANUTENÇÃO GERAL | | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| APOIO ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES | | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |

**P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PRIORIDADES E INDICADORES POR PROGRAMAS (Situação da LDO em 27/05/2020)

2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição**0007 APOIO EDUCACIONAL**

| <i>Indicador</i> | <i>Unidade de Medida</i> | | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
|---------------------|--------------------------|------------|-----------------------|----------------------|
| MANUTENÇÃO EM GERAL | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| ALUNOS ATENDIDOS | UN | UNIDADE | 4022 | 4171 |

0008 ATENÇÃO À CRIANÇA

| <i>Indicador</i> | <i>Unidade de Medida</i> | | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
|--------------------------------------|--------------------------|------------|-----------------------|----------------------|
| CONSTRUÇÃO UNIDADES ESCOLARES | UN | UNIDADE | 1 | 0 |
| REFORMA/AMPLIAÇÃO UNIDADES ESCOLARES | UN | UNIDADE | 6 | 2 |
| MANUTENÇÃO GERAL | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| EQUIPAMENTOS - RENOVAÇÃO | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| ALUNOS ATENDIDOS | UN | UNIDADE | 1816 | 1949 |

0009 ENSINO FUNDAMENTAL COM QUALIDADE

| <i>Indicador</i> | <i>Unidade de Medida</i> | | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
|--------------------------------------|--------------------------|------------|-----------------------|----------------------|
| REFORMA/AMPLIAÇÃO UNIDADES ESCOLARES | UN | UNIDADE | 5 | 2 |
| MANUTENÇÃO GERAL | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| EQUIPAMENTOS - RENOVAÇÃO | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| ALUNOS ATENDIDOS | UN | UNIDADE | 4022 | 4171 |

0010 COMBATE ÀS CARENCIAS NUTRICIONAIS

| <i>Indicador</i> | <i>Unidade de Medida</i> | | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
|--------------------------|--------------------------|------------|-----------------------|----------------------|
| EQUIPAMENTOS - RENOVAÇÃO | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| PANIFICADORA PAES/DIA | UN | UNIDADE | 3000 | 3000 |
| ALUNOS ATENDIDOS | UN | UNIDADE | 8400 | 8300 |

0011 ENSINO SUPERIOR

| <i>Indicador</i> | <i>Unidade de Medida</i> | | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
|-----------------------------|--------------------------|------------|-----------------------|----------------------|
| MANUTENÇÃO EM GERAL | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| SUBVENÇÃO ENTIDADE SUPERIOR | UN | UNIDADE | 1 | 1 |
| ALUNOS UNIVERSITARIOS | UN | UNIDADE | 940 | 580 |



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PRIORIDADES E INDICADORES POR PROGRAMAS (Situação da LDO em 27/05/2020)

2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0012 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROJETOS ESPECIAIS

| Indicador | Unidade de Medida | | Índice Recente | Índice Futuro |
|--------------------------------|-------------------|------------|----------------|---------------|
| COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS/DIA | TON | TONELADA | 25 | 30 |
| PROJETOS AMBIENTAIS | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |

0013 SEGURANÇA, TRANSITO.E TRANSPORTE MUNICIPAL

| Indicador | Unidade de Medida | | Índice Recente | Índice Futuro |
|-------------------------------|-------------------|------------|----------------|---------------|
| CONTINGENTE GCM | UN | UNIDADE | 29 | 29 |
| GERENCIAMENTO FROTA MUNICIPAL | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| SINALIZAÇÃO PUBLICA | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |

0014 PROMOÇÃO CULTURAL

| Indicador | Unidade de Medida | | Índice Recente | Índice Futuro |
|-------------------------------|-------------------|------------|----------------|---------------|
| REFORMA/ADEQUAÇÃO DE UNIDADES | UN | UNIDADE | 1 | 0 |
| MANUTENÇÃO BIBLIOTECAS | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| MANUTENÇÃO MUSEU MUNICIPAL | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| ATIVIDADES ARTISTICAS | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |

0015 DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

| Indicador | Unidade de Medida | | Índice Recente | Índice Futuro |
|--------------------------|-------------------|------------|----------------|---------------|
| EVENTOS E FESTAS | UN | UNIDADE | 10 | 16 |
| INFRAESTRUTURA TURISTICA | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| ATRATIVOS TURISTICOS | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |

0016 INCENTIVO À PRÁTICA DESPORTIVA

| Indicador | Unidade de Medida | | Índice Recente | Índice Futuro |
|------------------------------|-------------------|------------|----------------|---------------|
| UNIDADES ESPORTIVAS - NOVAS | UN | UNIDADE | 1 | 0 |
| REFORMAS UNIDADES ESPORTIVAS | UN | UNIDADE | 2 | 1 |
| EQUIPES MANTIDAS | UN | UNIDADE | 15 | 25 |
| COMPETIÇÕES PROMOVIDAS | UN | UNIDADE | 5 | 5 |
| FORMAÇÃO ESPORTIVA | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |

**P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PRIORIDADES E INDICADORES POR PROGRAMAS (Situação da LDO em 27/05/2020)

2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| Programa | Descrição | Unidade de Medida | | Índice Recente | Índice Futuro |
|---|---------------------------------|--------------------------|------------------|-----------------------|----------------------|
| 0017 | PORTA PARA A VIDA | | | | |
| <i>Indicador</i> | | <i>Unidade</i> | <i>de Medida</i> | | |
| EQUIPES SAÚDE BUCAL | | UN | UNIDADE | 8 | 9 |
| EQUIPES PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA | | UN | UNIDADE | -8 | 9 |
| PROJETO ACOLHIMENTO HUMANIZAÇÃO | | UN | UNIDADE | 0 | 9 |
| EQUIPES PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE | | UN | UNIDADE | 10 | 10 |
| REDUÇÃO MORTALIDADE INFANTIL | | NV | NASCIDOS VIVOS | 9 | 400 |
| PARTURIENTES ATENDIDAS PROJETO BEM QUERES | | % | PERCENTUAL | 92 | 100 |
| 0018 | ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA | | | | |
| <i>Indicador</i> | | <i>Unidade</i> | <i>de Medida</i> | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
| CONTRATOS CONTROLE DE QUALIDADE | | UN | UNIDADE | 1 | 2 |
| DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS | | UN | UNIDADE | 2 | 2 |
| USUÁRIOS CADASTRADOS HIPERDIA | | % | PERCENTUAL | 46 | 72 |
| 0019 | RETAGUARDA PARA O SUS | | | | |
| <i>Indicador</i> | | <i>Unidade</i> | <i>de Medida</i> | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
| ATENDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | | % | PERCENTUAL | 0 | 32 |
| ATEDIMENTO PACIENTES FORA DO DOMICÍLIO | | UN | UNIDADE | 0 | 18300 |
| ITERNAÇÕES | | UN | UNIDADE | 3500 | 3500 |
| EXAMES LABORATORIAIS REALIZADOS | | UN | UNIDADE | 96000 | 102000 |
| 0020 | SEMPRE ALERTA | | | | |
| <i>Indicador</i> | | <i>Unidade</i> | <i>de Medida</i> | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
| NOTIFICAÇÕES DE DST'S | | % | PERCENTUAL | 70 | 0,5 |
| ESTABELICIMENTOS FISCALIZADOS | | % | PERCENTUAL | 35 | 25 |
| CURA TUBERCULOSE | | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| VACINAÇÃO RECEM-NASCIDOS | | % | PERCENTUAL | 96 | 95 |
| TESTAGEM LABORATORIAL HIV | | UN | UNIDADE | 1200 | 0 |
| PRESERVATIVOS DISTRIBUIDOS | | UN | UNIDADE | 95000 | 77000 |

**P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PRIORIDADES E INDICADORES POR PROGRAMAS (Situação da LDO em 27/05/2020)

2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição**0021 GESTÃO SUS MAIS EFICIENTE**

| Indicador | Unidade de Medida | | Índice Recente | Índice Futuro |
|----------------------------------|-------------------|------------|----------------|---------------|
| CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE | UN | UNIDADE | 1 | 0 |
| REFORMA/AMPLIAÇÃO UNIDADES SAÚDE | UN | UNIDADE | 1 | 1 |
| CAPACITAÇÃO SERVIDORES PÚBLICOS | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |

0022 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL

| Indicador | Unidade de Medida | | Índice Recente | Índice Futuro |
|--|-------------------|------------|----------------|---------------|
| REFORMA/AMPLIAÇÃO UNIDADES ASSISTENCIAIS | UN | UNIDADE | 1 | 2 |
| ATIVIDADES ASSISTENCIAIS | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |

0023 CRIANÇA CIDADÃ

| Indicador | Unidade de Medida | | Índice Recente | Índice Futuro |
|------------------|-------------------|------------|----------------|---------------|
| MANUTENÇÃO FMDCA | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |

0024 SOLIDARIEDADE SOCIAL

| Indicador | Unidade de Medida | | Índice Recente | Índice Futuro |
|-------------------------|-------------------|------------|----------------|---------------|
| MANUTENÇÃO FUNDO SOCIAL | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |

0025 ASSUNTOS JURIDICOS

| Indicador | Unidade de Medida | | Índice Recente | Índice Futuro |
|---------------------|-------------------|------------|----------------|---------------|
| PROCESSOS JUDICIAIS | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |

0026 ENCARGOS GERAIS

| Indicador | Unidade de Medida | | Índice Recente | Índice Futuro |
|-------------------------------------|-------------------|------------|----------------|---------------|
| PAGAMENTO PASEP | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| PARCELAMENTO DIVIDA PUBLICA | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| PAGAMENTO SENTENÇAS JUDICIAIS | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |
| PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO SERVIDOR | % | PERCENTUAL | 100 | 100 |

0027 OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS

| Indicador | Unidade de Medida | | Índice Recente | Índice Futuro |
|--------------------------|-------------------|---------|----------------|---------------|
| APOSENTADORIAS E PENSÕES | UN | UNIDADE | 288 | 323 |



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PRIORIDADES E INDICADORES POR PROGRAMAS (Situação da LDO em 27/05/2020)

2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

24
197
Page 6 of 6

Programa Descrição

0999 RESERVA DE CONTINGENCIA

| <i>Indicador</i> | <i>Unidade de Medida</i> | <i>Indice Recente</i> | <i>Indice Futuro</i> |
|-------------------------|--------------------------|-----------------------|----------------------|
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | % PERCENTUAL | 100 | 100 |



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0001 PROCESSO LEGISLATIVO

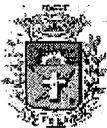
Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|----------------------|-------------------|----------------|---------------|
| SESSÕES LEGISLATIVAS | UN UNIDADE | 20 | 20 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|---|------------------|---|-------------|------------------|-----------|---------------------|------|--------------|
| 0002 | C.M.DA ESTÂNCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA | | | | | | | 100 | 306.130,00 |
| | 010101 | CÂMARA MUNICIPAL | | | | | | | |
| | | 1001 | REFORMA/AMPLIAÇÃO PRÉDIO CÂMARA MUNICIPAL | | | | | | |
| | | | 01 | Legislativa | | | | | |
| | | | | 031 | Ação Legislativa | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0002 | C.M.DA ESTÂNCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA | | | | | | | 20 | 4.049.214,96 |
| | 010101 | CÂMARA MUNICIPAL | | | | | | | |
| | | 2001 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS | | | | | | |
| | | | .01 | Legislativa | | | | | |
| | | | | 031 | Ação Legislativa | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0002 | C.M.DA ESTÂNCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA | | | | | | | 20 | 252.000,00 |
| | 010101 | CÂMARA MUNICIPAL | | | | | | | |
| | | 2001 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS | | | | | | |
| | | | 01 | Legislativa | | | | | |
| | | | | 031 | Ação Legislativa | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |

250
10/05/20



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP

LÊI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

2021

0002 C.M.DA ESTÂNCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA 100 33.240,00

010101 CÂMARA MUNICIPAL

2002 MANUTENÇÃO DA PROPAGANDA E PUBLICIDADE LEGAL

01 Legislativa

031 Ação Legislativa

00 A DEFINIR

000 A DEFINIR

3 DESPESAS CORRENTES

0002 C.M.DA ESTÂNCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA 100 13.310,00

010101 CÂMARA MUNICIPAL

2003 MANUTENÇÃO DA PROPAGANDA E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

01 Legislativa

031 Ação Legislativa

00 A DEFINIR

000 A DEFINIR

3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: 4.653.894,96



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0002 COORDENAÇÃO SUPERIOR

Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|------------------|-------------------|----------------|---------------|
| MANUTENÇÃO GERAL | % PERCENTUAL | 100 | 100 |
| METROS QUADRADOS | M2 METRO QUADRADO | 600 | 0 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|----------------------|--|---------------|---------------------|-----------|-----------|--------------------|------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 400.000,00 |
| | 020201 | GABINETE DO PREFEITO | | | | | | | |
| | | 2002 | MANUTENÇÃO DA PROPAGANDA E PUBLICIDADE LEGAL | | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 300.000,00 |
| | 020201 | GABINETE DO PREFEITO | | | | | | | |
| | | 2003 | MANUTENÇÃO DA PROPAGANDA E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL | | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 657.000,00 |
| | 020201 | GABINETE DO PREFEITO | | | | | | | |
| | | 2004 | MANUTENÇÃO DO SERVIÇOS DE GABINETE | | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |

Handwritten signature or initials



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

2021

| | | | | | | | | |
|-------|--|----------------------|--------------------------------------|---------------|---------------------|-----------|-----------|---------------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 10.000,00 |
| | 020201 | GABINETE DO PREFEITO | | | | | | |
| | | 2004 | MANUTENÇÃO DO SERVIÇOS DE GABINETE | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 79.000,00 |
| | 020201 | GABINETE DO PREFEITO | | | | | | |
| | | 2005 | CIVAP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 525,00 |
| | 020201 | GABINETE DO PRÉFEITO | | | | | | |
| | | 2005 | CIVAP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 1.539.500,00 |
| | 020202 | SECRETARIA | | | | | | |
| | | 2006 | MANUTENÇÃO DO SERVIÇOS DA SECRETARIA | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | | |

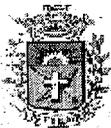
[Handwritten signature]



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | |
|--------|--|-----|------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 214.600,00 |
| 020203 | JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR | | |
| 2007 | MANUTENÇÃO DA JUNTA MILITAR E TIRO DE GUERRA | | |
| 04 | Administração | | |
| 122 | Administração Geral | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 123.000,00 |
| 020204 | DEFESA CONTRA SINISTROS | | |
| 2008 | MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS | | |
| 04 | Administração | | |
| 122 | Administração Geral | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 91.000,00 |
| 020205 | SISTEMA DE CONTROLE INTERNO | | |
| 2090 | MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO | | |
| 04 | Administração | | |
| 124 | Controle Interno | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 183.500,00 |
| 021601 | DIRETORIA DO DEPARTAMENTO | | |
| 2009 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO | | |
| 04 | Administração | | |
| 122 | Administração Geral | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | |



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

2021

| | | | | | | | | |
|-------|--|---------------------------|--|---------------|---------------------|-----------|-----------|---------------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 10.000,00 |
| | 021601 | DIRETORIA DO DEPARTAMENTO | | | | | | |
| | | 2009 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 53.000,00 |
| | 021601 | DIRETORIA DO DEPARTAMENTO | | | | | | |
| | | 2010 | MANUTENÇÃO REDE DE FIBRA OPTICA - CIDADE DIGITAL | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 168.000,00 |
| | 021801 | DIRETORIA DO DEPARTAMENTO | | | | | | |
| | | 2011 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 15.000,00 |
| | 021801 | DIRETORIA DO DEPARTAMENTO | | | | | | |
| | | 2011 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL |

Total Geral do Programa:

3.844.125,00

Handwritten signature



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0003 ATENDIMENTO COM QUALIDADE

Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|------------------|-------------------|----------------|---------------|
| MANUTENÇÃO GERAL | % PERCENTUAL | 100 | 100 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|------------|---|---------------|---------------------|-----------|---------------------|------|--------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 3.144.959,64 |
| | 020301 | | DIRETORIA DO DEPARTAMENTO - DEAF | | | | | | |
| | | 2012 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 20.000,00 |
| | 020301 | | DIRETORIA DO DEPARTAMENTO - DEAF | | | | | | |
| | | 2012 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 82.000,00 |
| | 020302 | | DEPENDÊNCIAS - DEAF | | | | | | |
| | | 2013 | MANUTENÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DA DIRETORIA - DEAF | | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | | |

Handwritten signature or initials



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

2021

| | | | | | | | | |
|-------|--|--|---|---------------|---------------------|-----------|---------------------|--------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 60.000,00 |
| | 020303 | FUNDIP - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| | | 1004 | ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 2.540.000,00 |
| | 020303 | FUNDIP - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| | | 2014 | MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA - FUNDIP | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 526.000,00 |
| | 021701 | DIRETORIA DO DEPARTAMENTO | | | | | | |
| | | 2015 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 5.000,00 |
| | 021701 | DIRETORIA DO DEPARTAMENTO | | | | | | |
| | | 2015 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |
| ----- | | | | | | | | |

2021
PTA



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

2021

| | | | |
|--------|--|-----|-----------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 85.000,00 |
| 021701 | DIRETORIA DO DEPARTAMENTO | | |
| 2016 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL | | |
| 04 | Administração | | |
| 122 | Administração Geral | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |

Total Geral do Programa: 6.462.959,64

33
P.M.P.



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0004 SERVIÇOS GERAIS À COMUNIDADE

Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|-----------------------------|-------------------|----------------|---------------|
| REFORMA/AMPLIAÇÃO CEMITÉRIO | UN UNIDADE | 1 | 1 |
| REFORMA/ADEQUAÇÃO PREDIOS | UN UNIDADE | 4 | 4 |
| VEICULOS LEVES NOVOS | UN UNIDADE | 1 | 2 |
| MAQUINAS PESADAS NOVAS | UN UNIDADE | 1 | 2 |
| CAMINHÕES NOVOS | UN UNIDADE | 2 | 4 |
| MANUTENÇÃO GERAL | % PERCENTUAL | 100 | 100 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|----------------------------------|--|---------------|---------------------|-----------|-----------|---------------------|--------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 1.550.500,00 |
| | 020401 | DIRETORIA DO DEPARTAMENTO - DOSP | | | | | | | |
| | | 2017 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS | | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 20.000,00 |
| | 020401 | DIRETORIA DO DEPARTAMENTO - DOSP | | | | | | | |
| | | 2017 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS | | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |
| ----- | | | | | | | | | |

246
P.M.

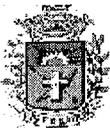


P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | | | | | | |
|-------|--|---|---------------------------------------|-----------|------------------|-----------|-----------|---------------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 10.000,00 |
| | 020402 | LOGRADOUROS PÚBLICOS | | | | | | |
| | | 2018 | MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS PUBLICOS | | | | | |
| | | | 15 | Urbanismo | | | | |
| | | | | 452 | Serviços Urbanos | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 1 | 50.000,00 |
| | 020403 | CEMITÉRIO E DIVISÃO SERVIÇOS FUNERÁRIOS | | | | | | |
| | | 1031 | REFORMA/AMPLIAÇÃO CEMITÉRIO MUNICIPAL | | | | | |
| | | | 15 | Urbanismo | | | | |
| | | | | 452 | Serviços Urbanos | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 680.000,00 |
| | 020403 | CEMITÉRIO E DIVISÃO SERVIÇOS FUNERÁRIOS | | | | | | |
| | | 2019 | MANUTENÇÃO DO SERVIÇO FUNERARIO | | | | | |
| | | | 15 | Urbanismo | | | | |
| | | | | 452 | Serviços Urbanos | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 7.000,00 |
| | 020403 | CEMITÉRIO E DIVISÃO SERVIÇOS FUNERÁRIOS | | | | | | |
| | | 2019 | MANUTENÇÃO DO SERVIÇO FUNERARIO | | | | | |
| | | | 15 | Urbanismo | | | | |
| | | | | 452 | Serviços Urbanos | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL |
| ----- | | | | | | | | |

36
P.M.P.



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | |
|--------|--|-----|--------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 25.000,00 |
| 020404 | SERVIÇOS ESTRADAS E RODAGENS MUNICIPAIS - SERM | | |
| 1010 | REFORMA/RECUPERAÇÃO PONTES E ESTRADAS VICINAIS | | |
| 26 | Transporte | | |
| 782 | Transporte Rodoviário | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 2.900,00 |
| 020404 | SERVIÇOS ESTRADAS E RODAGENS MUNICIPAIS - SERM | | |
| 2005 | CIVAP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL | | |
| 15 | Urbanismo | | |
| 451 | Infra-Estrutura Urbana | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 1.107.000,00 |
| 020404 | SERVIÇOS ESTRADAS E RODAGENS MUNICIPAIS - SERM | | |
| 2020 | MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ESTRADAS RODAGENS MUNICIPAIS | | |
| 26 | Transporte | | |
| 782 | Transporte Rodoviário | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 5.000,00 |
| 020404 | SERVIÇOS ESTRADAS E RODAGENS MUNICIPAIS - SERM | | |
| 2020 | MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ESTRADAS RODAGENS MUNICIPAIS | | |
| 26 | Transporte | | |
| 782 | Transporte Rodoviário | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| ----- | | | |

Total Geral do Programa:

7.803.400,00

Handwritten signature/initials



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0005 DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACIONAL

Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|------------------------|-------------------|----------------|---------------|
| PROJETOS HABITACIONAIS | UN UNIDADE | 250 | 0 |
| MANUTENÇÃO EM GERAL | % PERCENTUAL | 100 | 100 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|------------------------------------|---|---------------|------------------------|-----------|-----------|---------------------|------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 153.000,00 |
| | 021901 | DIRETORIA DE URBANISMO E HABITAÇÃO | | | | | | | |
| | | 2021 | MANUTENÇÃO DIRETORIA DE URBANISMO E HABITAÇÃO | | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 5.000,00 |
| | 021902 | DIVISÃO DE URBANISMO | | | | | | | |
| | | 1011 | MODERNIZAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS | | | | | | |
| | | | 15 | Urbanismo | | | | | |
| | | | | 451 | Infra-Estrutura Urbana | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 5.000,00 |
| | 021902 | DIVISÃO DE URBANISMO | | | | | | | |
| | | 1028 | MANUTENÇÃO LOGRADOUROS PUBLICOS - URBANISMO | | | | | | |
| | | | 15 | Urbanismo | | | | | |
| | | | | 451 | Infra-Estrutura Urbana | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |

Total Geral do Programa: 163.000,00

32
20/05



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0006 DESENVOLVIMENTO RURAL

Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|------------------------------------|-------------------|----------------|---------------|
| AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLA | UN UNIDADE | 8 | 2 |
| MANUTENÇÃO GERAL | % PERCENTUAL | 100 | 100 |
| APOIO ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES | % PERCENTUAL | 100 | 100 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|--|--|--------------------|-----------|-----------|----------------------|------|------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 2 | 10.000,00 |
| | 020501 | DIVISÃO AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - DEAA | | | | | | | |
| | | 1013 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS E MATERIAIS PERMANENTE | | | | | | |
| | | 20 | Agricultura | | | | | | |
| | | | 606 | Extensão Rural | | | | | |
| | | | | 00 | A DEFINIR | | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 152.000,00 |
| | 020501 | DIVISÃO AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - DEAA | | | | | | | |
| | | 2022 | MANUTENÇÃO DIRETORIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO | | | | | | |
| | | 20 | Agricultura | | | | | | |
| | | | 606 | Extensão Rural | | | | | |
| | | | | 00 | A DEFINIR | | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 15.000,00 |
| | 020501 | DIVISÃO AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - DEAA | | | | | | | |
| | | 2023 | MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL | | | | | | |
| | | 18 | Gestão Ambiental | | | | | | |
| | | | 542 | Controle Ambiental | | | | | |
| | | | | 00 | A DEFINIR | | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 3 | DES P ESAS CORRENTES | | |

2020



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

2021

| | | | |
|--------|--|-----|-----------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 93.500,00 |
| 020501 | DIVISÃO AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - DEAA | | |
| 2081 | MANUTENÇÃO MATADOURO MUNICIPAL | | |
| 20 | Agricultura | | |
| 606 | Extensão Rural | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |

| | | | |
|--------|--|-----|----------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 5.000,00 |
| 020501 | DIVISÃO AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - DEAA | | |
| 2081 | MANUTENÇÃO MATADOURO MUNICIPAL | | |
| 20 | Agricultura | | |
| 606 | Extensão Rural | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |

Total Geral do Programa: 275.500,00

2021



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0007 APOIO EDUCACIONAL

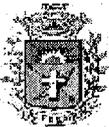
Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|--------------------|-------------------|----------------|---------------|
| MANUTENÇA EM GERAL | % PERCENTUAL | 100 | 100 |
| ALUNOS ATENDIDOS | UN UNIDADE | 4022 | 4171 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|--|--|-----------|--------------------|-----------|-----------|--------------------|---------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 1.600.000,00 |
| | 020606 | FUNDEB - FUNDO MANUT.DESENV.EDUC.BASICA VAL.PROF.MAGIST. | | | | | | | |
| | | 2036 | MANUTENÇÃO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO SERVIDOR | | | | | | |
| | | | 12 | Educação | | | | | |
| | | | | 361 | Ensino Fundamental | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 1.300.000,00 |
| | 020606 | FUNDEB - FUNDO MANUT.DESENV.EDUC.BASICA VAL.PROF.MAGIST. | | | | | | | |
| | | 2036 | MANUTENÇÃO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO SERVIDOR | | | | | | |
| | | | 12 | Educação | | | | | |
| | | | | 365 | Educação Infantil | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 14.805.000,00 |
| | 020606 | FUNDEB - FUNDO MANUT.DESENV.EDUC.BASICA VAL.PROF.MAGIST. | | | | | | | |
| | | 2038 | MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60% | | | | | | |
| | | | 12 | Educação | | | | | |
| | | | | 361 | Ensino Fundamental | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |

10/17



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

2021

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. 100 2.120.000,00

020606 FUNDEB - FUNDO MANUT.DESENV.EDUC.BASICA VAL.PROF.MAGIST.

2039 MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%

12 Educação

361 Ensino Fundamental

00 A DEFINIR

000 A DEFINIR

3

DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. 100 11.775.000,00

020606 FUNDEB - FUNDO MANUT.DESENV.EDUC.BASICA VAL.PROF.MAGIST.

2040 MANUTENÇÃO CRECHES E PRÉ-ESCOLAS - FUNDEB 60%

12 Educação

365 Educação Infantil

00 A DEFINIR

000 A DEFINIR

3

DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa:

31.600.000,00

12/05/2020



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0008 ATENÇÃO À CRIANÇA

Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|--------------------------------------|-------------------|----------------|---------------|
| CONSTRUÇÃO UNIDADES ESCOLARES | UN UNIDADE | 1 | 0 |
| REFORMA/AMPLIAÇÃO UNIDADES ESCOLARES | UN UNIDADE | 6 | 2 |
| MANUTENÇÃO GERAL | % PERCENTUAL | 100 | 100 |
| EQUIPAMENTOS - RENOVAÇÃO | % PERCENTUAL | 100 | 100 |
| ALUNOS ATENDIDOS | UN UNIDADE | 1816 | 1949 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo, FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|---|---|-----------|---------------------|-----------|---------------------|--------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 2 | 150.000,00 |
| | 020601 | MANUTENÇÃO DE RECURSOS ADICIONAIS DA EDUCAÇÃO | | | | | | |
| | | 1015 | REFORMA/AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES | | | | | |
| | | | 12 | Educação | | | | |
| | | | | 365 | Educação Infantil | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 1.780.000,00 |
| | 020601 | MANUTENÇÃO DE RECURSOS ADICIONAIS DA EDUCAÇÃO | | | | | | |
| | | 2082 | MANUTENÇÃO SALARIO EDUCAÇÃO - QSE | | | | | |
| | | | 12 | Educação | | | | |
| | | | | 365 | Educação Infantil | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | |

13
2020



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

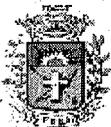
2021

| | | | | | | | |
|-------|--|---|--|----------|-------------------|-----------|---------------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 200.000,00 |
| | 020601 | MANUTENÇÃO DE RECURSOS ADICIONAIS DA EDUCAÇÃO | | | | | |
| | | 2082 | MANUTENÇÃO SALARIO EDUCAÇÃO - QSE | | | | |
| | | | 12 | Educação | | | |
| | | | | 365 | Educação Infantil | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | |
| | | | | | | | A DEFINIR |
| | | | | | | | 4 |
| | | | | | | | DESPESAS DE CAPITAL |
| <hr/> | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 1.000.000,00 |
| | 020602 | DIVISÃO EDUCAÇÃO - I - ENSINO INFANTIL | | | | | |
| | | 2036 | MANUTENÇÃO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO SERVIDOR | | | | |
| | | | 12 | Educação | | | |
| | | | | 365 | Educação Infantil | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | |
| | | | | | | | A DEFINIR |
| | | | | | | | 3 |
| | | | | | | | DESPESAS CORRENTES |
| <hr/> | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 5.601.700,00 |
| | 020602 | DIVISÃO EDUCAÇÃO - I - ENSINO INFANTIL | | | | | |
| | | 2042 | MANUTENÇÃO DE CRECHES E PRÉ-ESCOLA | | | | |
| | | | 12 | Educação | | | |
| | | | | 365 | Educação Infantil | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | |
| | | | | | | | A DEFINIR |
| | | | | | | | 3 |
| | | | | | | | DESPESAS CORRENTES |
| <hr/> | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 5.000,00 |
| | 020602 | DIVISÃO EDUCAÇÃO - I - ENSINO INFANTIL | | | | | |
| | | 2042 | MANUTENÇÃO DE CRECHES E PRÉ-ESCOLA | | | | |
| | | | 12 | Educação | | | |
| | | | | 365 | Educação Infantil | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | |
| | | | | | | | A DEFINIR |
| | | | | | | | 4 |
| | | | | | | | DESPESAS DE CAPITAL |

Total Geral do Programa:

8.736.700,00

100
147



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0009 ENSINO FUNDAMENTAL COM QUALIDADE

Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|--------------------------------------|-------------------|----------------|---------------|
| REFORMA/AMPLIAÇÃO UNIDADES ESCOLARES | UN UNIDADE | 5 | 2 |
| MANUTENÇÃO GERAL | % PERCENTUAL | 100 | 100 |
| EQUIPAMENTOS - RENOVAÇÃO | % PERCENTUAL | 100 | 100 |
| ALUNOS ATENDIDOS | UN UNIDADE | 4022 | 4171 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|---|---|--------------------|-----------|-----------|---------------------|------|--------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 2 | 200.000,00 |
| | 020601 | MANUTENÇÃO DE RECURSOS ADICIONAIS DA EDUCAÇÃO | | | | | | | |
| | | 1015 | REFORMA/AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES | | | | | | |
| | | 12 | Educação | | | | | | |
| | | | 361 | Ensino Fundamental | | | | | |
| | | | | 00 | A DEFINIR | | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 2.220.000,00 |
| | 020601 | MANUTENÇÃO DE RECURSOS ADICIONAIS DA EDUCAÇÃO | | | | | | | |
| | | 2082 | MANUTENÇÃO SALARIO EDUCAÇÃO - QSE | | | | | | |
| | | 12 | Educação | | | | | | |
| | | | 361 | Ensino Fundamental | | | | | |
| | | | | 00 | A DEFINIR | | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 200.000,00 |
| | 020601 | MANUTENÇÃO DE RECURSOS ADICIONAIS DA EDUCAÇÃO | | | | | | | |
| | | 2082 | MANUTENÇÃO SALARIO EDUCAÇÃO - QSE | | | | | | |
| | | 12 | Educação | | | | | | |
| | | | 361 | Ensino Fundamental | | | | | |
| | | | | 00 | A DEFINIR | | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |

450
10/05/20



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

2021

| | | | | | | | | |
|--------|--|--|--|--|--|--|-----|--------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 1.259.000,00 |
| 020601 | MANUTENÇÃO DE RECURSOS ADICIONAIS DA EDUCAÇÃO | | | | | | | |
| 2083 | MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR | | | | | | | |
| 12 | Educação | | | | | | | |
| 361 | Ensino Fundamental | | | | | | | |
| 00 | A DEFINIR | | | | | | | |
| 000 | A DEFINIR | | | | | | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | | | | | | |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 1.850.000,00 |
| 020603 | DIVISÃO EDUCAÇÃO - II - ENSINO FUNDAMENTAL | | | | | | | |
| 2036 | MANUTENÇÃO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO SERVIDOR | | | | | | | |
| 12 | Educação | | | | | | | |
| 361 | Ensino Fundamental | | | | | | | |
| 00 | A DEFINIR | | | | | | | |
| 000 | A DEFINIR | | | | | | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | | | | | | |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 6.759.000,00 |
| 020603 | DIVISÃO EDUCAÇÃO - II - ENSINO FUNDAMENTAL | | | | | | | |
| 2043 | MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL | | | | | | | |
| 12 | Educação | | | | | | | |
| 361 | Ensino Fundamental | | | | | | | |
| 00 | A DEFINIR | | | | | | | |
| 000 | A DEFINIR | | | | | | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | | | | | | |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 5.000,00 |
| 020603 | DIVISÃO EDUCAÇÃO - II - ENSINO FUNDAMENTAL | | | | | | | |
| 2043 | MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL | | | | | | | |
| 12 | Educação | | | | | | | |
| 361 | Ensino Fundamental | | | | | | | |
| 00 | A DEFINIR | | | | | | | |
| 000 | A DEFINIR | | | | | | | |
| 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | |

Total Geral do Programa:

12.493.000,00

10/11/20
HCP



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020) -
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0010 COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS

Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|--------------------------|-------------------|----------------|---------------|
| EQUIPAMENTOS - RENOVAÇÃO | % PERCENTUAL | 100 | 100 |
| PANIFICADORA PAES/DIA | UN UNIDADE | 3000 | 3000 |
| ALUNOS ATENDIDOS | UN UNIDADE | 8400 | 8300 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|------------|--|-----------|------------------------|-----------|-----------|--------------------|--------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 2.199.000,00 |
| | 020604 | | DIVISÃO EDUCAÇÃO - IV - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO | | | | | | |
| | | 2044 | MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR | | | | | | |
| | | | 12 | Educação | | | | | |
| | | | | 306 | Alimentação e Nutrição | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |

Total Geral do Programa: 2.199.000,00

148
10/05/20



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0011 ENSINO SUPERIOR

Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|-----------------------------|-------------------|----------------|---------------|
| MANUTENÇÃO EM GERAL | % PERCENTUAL | 100 | 100 |
| SUBVENÇÃO ENTIDADE SUPERIOR | UN UNIDADE | 1 | 1 |
| ALUNOS UNIVERSITÁRIOS | UN UNIDADE | 940 | 580 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|----------------------|---|---------------|---------------------|-----------|-----------|--------------------|------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 240.000,00 |
| | 020201 | GABINETE DO PREFEITO | | | | | | | |
| | | 2045 | SUBVENÇÕES À FUNGE | | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 480.000,00 |
| | 020201 | GABINETE DO PREFEITO | | | | | | | |
| | | 2046 | AUXILIO TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS | | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 12.500,00 |
| | 020206 | POLO UNIVÉSP | | | | | | | |
| | | 2100 | MANUTENÇÃO UNIVÉSP | | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |

ABP
DAN



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Page 25 of 66

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Total Geral do Programa:

732.500,00

19/05/2020



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0012 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROJETOS ESPECIAIS

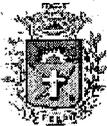
Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|--------------------------------|-------------------|----------------|---------------|
| COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS/DIA | TON TONELADA | 25 | 30 |
| PROJETOS AMBIENTAIS | % PERCENTUAL | 100 | 100 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|--|--|------------------|--------------------|-----------|-----------|---------------------|-----------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 52.000,00 |
| | 021501 | DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE, PARQUES E ARBORIZAÇÃO - DEMAPE | | | | | | | |
| | | 2005 | CIVAP - CONSÓRCIO-INTERMUNICIPAL | | | | | | |
| | | | 18 | Gestão Ambiental | | | | | |
| | | | | 542 | Controle Ambiental | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 32.500,00 |
| | 021501 | DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE, PARQUES E ARBORIZAÇÃO - DEMAPE | | | | | | | |
| | | 2047 | MANUTENÇÃO DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E PROJETOS ESPECIAIS | | | | | | |
| | | | 18 | Gestão Ambiental | | | | | |
| | | | | 542 | Controle Ambiental | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 5.000,00 |
| | 021501 | DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE, PARQUES E ARBORIZAÇÃO - DEMAPE | | | | | | | |
| | | 2047 | MANUTENÇÃO DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E PROJETOS ESPECIAIS | | | | | | |
| | | | 18 | Gestão Ambiental | | | | | |
| | | | | 542 | Controle Ambiental | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |

10/05/2020



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

2021

| | | | | | | | |
|-------|--|--|---------------------------------------|------------------|--------------------|-----------|--------------------|
| 0001. | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 14.000,00 |
| | 021501 | DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE, PARQUES E ARBORIZAÇÃO - DEMAPE | | | | | |
| | | 2048 | CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - CEA | | | | |
| | | | 18 | Gestão Ambiental | | | |
| | | | | 542 | Controle Ambiental | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | | 3 |
| | | | | | | | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 65.000,00 |
| | 021501 | DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE, PARQUES E ARBORIZAÇÃO - DEMAPE | | | | | |
| | | 2049 | MANUTENÇÃO USINA DE TRIAGEM | | | | |
| | | | 15 | Urbanismo | | | |
| | | | | 542 | Controle Ambiental | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | | 3 |
| | | | | | | | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 2.386.500,00 |
| | 021501 | DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE, PARQUES E ARBORIZAÇÃO - DEMAPE | | | | | |
| | | 2050 | MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PUBLICA | | | | |
| | | | 15 | Urbanismo | | | |
| | | | | 452 | Serviços Urbanos | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | | 3 |
| | | | | | | | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 1.700.000,00 |
| | 021501 | DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE, PARQUES E ARBORIZAÇÃO - DEMAPE | | | | | |
| | | 2051 | MANUTENÇÃO COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS | | | | |
| | | | 15 | Urbanismo | | | |
| | | | | 452 | Serviços Urbanos | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | | 3 |
| | | | | | | | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | |

519
DTP



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

2021

| | | | |
|--------|---|-----|------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 30.000,00 |
| 021501 | DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE, PARQUES E ARBORIZAÇÃO - DEMAPE | | |
| 2098 | CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS | | |
| 15 | Urbanismo | | |
| 452 | Serviços Urbanos | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 212.000,00 |
| 021501 | DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE, PARQUES E ARBORIZAÇÃO - DEMAPE | | |
| 2099 | PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL | | |
| 18 | Gestão Ambiental | | |
| 542 | Controle Ambiental | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DÊSPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 10.000,00 |
| 021501 | DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE, PARQUES E ARBORIZAÇÃO - DEMAPE | | |
| 2099 | PROGRAMA DE CONTROLE POPULACIONAL | | |
| 18 | Gestão Ambiental | | |
| 542 | Controle Ambiental | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 690.000,00 |
| 021502 | FMSAI - FUNDO MUNICIPAL DE SANEMANENTO AMBIENTAL DE INFRAEST. | | |
| 2101 | FUNDO MUNICIPAL DE SANEMANENTO AMBIENTAL DE INFRAESTRUTURA | | |
| 15 | Urbanismo | | |
| 452 | Serviços Urbanos | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | |

Handwritten signature



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | |
|--------|--|-----|------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 110.000,00 |
| 021502 | FMSAI - FUNDO MUNICIPAL DE SANEMANENTO AMBIENTAL DE INFRAEST | | |
| 2101 | FUNDO MUNICIPAL DE SANEMANENTO AMBIENTAL DE INFRAESTRUTURA | | |
| 15 | Urbanismo | | |
| 452 | Serviços Urbanos | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |

Total Geral do Programa: 5.307.000,00

539
P.F.



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
- 2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| Programa | Descrição | | | | | | | | |
|-----------------|--|---|--|------------------|-----------------------------|--------------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|
| 0013 | SEGURANÇA, TRANSITO E TRANSPORTE MUNICIPAL | | | | | | | | |
| Metas | | | | | | | | | |
| | <i>Indicadores</i> | | | | | <i>Unidade de Medida</i> | | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
| | CONTINGENTE GCM | | | | | UN. UNIDADE | | 29 | 29 |
| | GERENCIAMENTO FROTA MUNICIPAL | | | | | % PERCENTUAL | | 100 | 100 |
| | SINALIZAÇÃO PUBLICA | | | | | % PERCENTUAL | | 100 | 100 |
| Ações | | | | | | | | | |
| <i>Entidade</i> | <i>Unid.Orçam.</i> | <i>Proj.Ativ.</i> | <i>Função</i> | <i>SubFunção</i> | <i>FonGrupo</i> | <i>FonCódigo</i> | <i>Categoria</i> | <i>Meta</i> | <i>Valor</i> |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 307.000,00 |
| | 021201 | SEGURANÇA, TRANSITO E TRANSPORTES - DESETRANS | | | | | | | |
| | | 1018 | SINALIZAÇÃO GERAL DE TRANSITO | | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | | |
| | | | | 125 | Normatização e Fiscalização | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 15.000,00 |
| | 021201 | SEGURANÇA, TRANSITO E TRANSPORTES - DESETRANS | | | | | | | |
| | | 1018 | SINALIZAÇÃO GERAL DE TRANSITO | | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | | |
| | | | | 125 | Normatização e Fiscalização | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 179.500,00 |
| | 021201 | SEGURANÇA, TRANSITO E TRANSPORTES - DESETRANS | | | | | | | |
| | | 2052 | MANUTENÇÃO DIRETORIA DE SEGURANÇA, TRANSITO E TRANSPORTE | | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | | |

10/05/2020



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | | | | | | |
|-------|--|---|--|-------------------|-----------------------------|-----------|-----------|---------------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 5.000,00 |
| | 021201 | SEGURANÇA, TRANSITO E TRANSPORTES - DESETRANS | | | | | | |
| | | 2052 | MANUTENÇÃO DIRETORIA DE SEGURANÇA, TRANSITO E TRANSPORTE | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 506.500,00 |
| | 021201 | SEGURANÇA, TRANSITO E TRANSPORTES - DESETRANS | | | | | | |
| | | 2053 | MANUTENÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL | | | | | |
| | | | 06 | Segurança Pública | | | | |
| | | | | 181 | Policimento | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 32.000,00 |
| | 021201 | SEGURANÇA, TRANSITO E TRANSPORTES - DESETRANS | | | | | | |
| | | 2053 | MANUTENÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL | | | | | |
| | | | 06 | Segurança Pública | | | | |
| | | | | 181 | Policimento | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 306.500,00 |
| | 021201 | SEGURANÇA, TRANSITO E TRANSPORTES - DESETRANS | | | | | | |
| | | 2054 | MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRANSITO | | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | | |
| | | | | 125 | Normatização e Fiscalização | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES |

550
DTP



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | | | | | |
|-------|--|---|---|-------------------|-----------------------------|-----------|---------------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 5.000,00 |
| | 021201 | SEGURANÇA, TRANSITO E TRANSPORTES - DESETRANS | | | | | |
| | | 2054 | MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRANSITO | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | |
| | | | | 125 | Normatização e Fiscalização | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL |
| <hr/> | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 20.000,00 |
| | 021201 | SEGURANÇA, TRANSITO E TRANSPORTES - DESETRANS | | | | | |
| | | 2089 | COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL | | | | |
| | | | 06 | Segurança Pública | | | |
| | | | | 182 | Defesa Civil | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES |
| <hr/> | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA-ESTANCIA TURISTICA,DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 10.000,00 |
| | 021201 | SEGURANÇA, TRANSITO E TRANSPORTES - DESETRANS | | | | | |
| | | 2089 | COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL | | | | |
| | | | 06 | Segurança Pública | | | |
| | | | | 182 | Defesa Civil | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL |
| <hr/> | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 122.000,00 |
| | 021201 | SEGURANÇA, TRANSITO E TRANSPORTES - DESETRANS | | | | | |
| | | 2095 | MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DELEGADA | | | | |
| | | | 06 | Segurança Pública | | | |
| | | | | 181 | Policciamento | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES |

560
04/0



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

2021

| | | | |
|--------|--|-----|-----------|
| 0001 | PRÉFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 10.000,00 |
| 021201 | SEGURANÇA, TRANSITO E TRANSPORTES - DESETRANS | | |
| 2097 | EDUCAÇÃO PARA O TRANSITO | | |
| 04 | Administração | | |
| 122 | Administração Geral | | |
| 00 | À DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |

Total.Geral do Programa: 1.518.500,00

SP
PTA



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0014 PROMOÇÃO CULTURAL

Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|-------------------------------|-------------------|----------------|---------------|
| REFORMA/ADEQUAÇÃO DE UNIDADES | UN UNIDADE | 1 | 0 |
| MANUTENÇÃO BIBLIOTECAS | % PERCENTUAL | 100 | 100 |
| MANUTENÇÃO MUSEU MUNICIPAL | % PERCENTUAL | 100 | 100 |
| ATIVIDADES ARTISTICAS | % PERCENTUAL | 100 | 100 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|--------------------------|---------------------------------|-----------|------------------|-----------|-----------|---------------------|------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 811.500,00 |
| | 020701 | DIVISÃO DE CULTURA - DEC | | | | | | | |
| | | 2055 | MANUTENÇÃO DIRETORIA DE CULTURA | | | | | | |
| | | | 13 | Cultura | | | | | |
| | | | | 392 | Difusão Cultural | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 10.000,00 |
| | 020701 | DIVISÃO DE CULTURA - DEC | | | | | | | |
| | | 2055 | MANUTENÇÃO DIRETORIA DE CULTURA | | | | | | |
| | | | 13 | Cultura | | | | | |
| | | | | 392 | Difusão Cultural | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |

Total Geral do Programa:

821.500,00

58
2020



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
 2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| Programa | Descrição | Unidade de Medida | | Índice Recente | Índice Futuro | | | | |
|-----------------|---|-------------------|---------------------------------------|---------------------|-----------------|------------------|------------------|---------------------|--------------|
| 0015 | DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO | | | | | | | | |
| Metas | | | | | | | | | |
| | <i>Indicadores</i> | | | | | | | | |
| | EVENTOS E FESTAS | UN | UNIDADE | 10 | 16 | | | | |
| | INFRAESTRUTURA TURÍSTICA | % | PERCENTUAL | 100 | 100 | | | | |
| | ATRATIVOS TURÍSTICOS | % | PERCENTUAL | 100 | 100 | | | | |
| Ações | | | | | | | | | |
| <i>Entidade</i> | <i>Unid.Orçam.</i> | <i>Proj.Ativ.</i> | <i>Função</i> | <i>SubFunção</i> | <i>FonGrupo</i> | <i>FonCódigo</i> | <i>Categoria</i> | <i>Meta</i> | <i>Valor</i> |
| 0001 | PRÉFETURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 25.000,00 |
| | 020801 | | DIVISÃO DE TURISMO - DETUR | | | | | | |
| | | 1020 | INFRAESTRUTURA DO GRANDE LAGO | | | | | | |
| | | | 23 | Comércio e Serviços | | | | | |
| | | | | 695 | Turismo | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PRÉFETURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 5.000,00 |
| | 020801 | | DIVISÃO DE TURISMO - DETUR | | | | | | |
| | | 1021 | INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO | | | | | | |
| | | | 23 | Comércio e Serviços | | | | | |
| | | | | 695 | Turismo | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PRÉFETURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 5.000,00 |
| | 020801 | | DIVISÃO DE TURISMO - DETUR | | | | | | |
| | | 1022 | ATRATIVOS TURÍSTICOS | | | | | | |
| | | | 23 | Comércio e Serviços | | | | | |
| | | | | 695 | Turismo | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |
| ----- | | | | | | | | | |

591
10/11/20



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | | | | | | |
|-------|--|----------------------------|---|---------------------|---------|-----------|-----------|---------------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 440.000,00 |
| | 020801 | DIVISÃO DE TURISMO - DETUR | | | | | | |
| | | 2056 | MANUTENÇÃO COMPLEXO TURISTICO GRANDE LAGO | | | | | |
| | | | 23 | Comércio e Serviços | | | | |
| | | | | 695 | Turismo | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 10.000,00 |
| | 020801 | DIVISÃO DE TURISMO - DETUR | | | | | | |
| | | 2056 | MANUTENÇÃO COMPLEXO TURISTICO GRANDE LAGO | | | | | |
| | | | 23 | Comércio e Serviços | | | | |
| | | | | 695 | Turismo | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 1.224.500,00 |
| | 020801 | DIVISÃO DE TURISMO - DETUR | | | | | | |
| | | 2057 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE TURISMO | | | | | |
| | | | 23 | Comércio e Serviços | | | | |
| | | | | 695 | Turismo | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 10.000,00 |
| | 020801 | DIVISÃO DE TURISMO - DETUR | | | | | | |
| | | 2057 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE TURISMO | | | | | |
| | | | 23 | Comércio e Serviços | | | | |
| | | | | 695 | Turismo | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL |
| ----- | | | | | | | | |

1000
1000



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
-ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | | | | | | |
|-------|--|----------------------------|---|---------------------|---------|-----------|-----------|---------------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 360.000,00 |
| | 020801 | DIVISÃO DE TURISMO - DETUR | | | | | | |
| | | 2058 | MANUTENÇÃO DE EVENTOS E FESTAS | | | | | |
| | | | 23 | Comércio e Serviços | | | | |
| | | | | 695 | Turismo | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 345.000,00 |
| | 020801 | DIVISÃO DE TURISMO - DETUR | | | | | | |
| | | 2059 | MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO TREM TURISTICO | | | | | |
| | | | 23 | Comércio e Serviços | | | | |
| | | | | 695 | Turismo | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 15.000,00 |
| | 020801 | DIVISÃO DE TURISMO - DETUR | | | | | | |
| | | 2059 | MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO TREM TURISTICO | | | | | |
| | | | 23 | Comércio e Serviços | | | | |
| | | | | 695 | Turismo | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL |

Total Geral do Programa: 2.439.500,00

619
P.M.



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0016 INCENTIVO À PRÁTICA DESPORTIVA

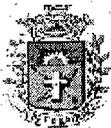
Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|------------------------------|-------------------|----------------|---------------|
| UNIDADES ESPORTIVAS - NOVAS | UN UNIDADE | 1 | 0 |
| REFORMAS UNIDADES ESPORTIVAS | UN UNIDADE | 2 | 1 |
| EQUIPES MANTIDAS | UN UNIDADE | 15 | 25 |
| COMPETIÇÕES PROMOVIDAS | UN UNIDADE | 5 | 5 |
| FORMAÇÃO ESPORTIVA | % PERCENTUAL | 100 | 100 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|-----------------------------------|--|----------------------|-----------|-----------|---------------------|------|------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 1 | 5.000,00 |
| | 020901 | DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER - DEEL | | | | | | | |
| | | 1024 | ADEQUAÇÕES/REFORMAS DE UNIDADES ESPORTIVAS | | | | | | |
| | | 27 | Desporto e Lazer | | | | | | |
| | | | 812 | Desporto Comunitário | | | | | |
| | | | | 00 | A DEFINIR | | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 793.300,00 |
| | 020901 | DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER - DEEL | | | | | | | |
| | | 2060 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER | | | | | | |
| | | 27 | Desporto e Lazer | | | | | | |
| | | | 812 | Desporto Comunitário | | | | | |
| | | | | 00 | A DEFINIR | | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | | | | | | | |

2020



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | |
|--------|--|-----|------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 10.000,00 |
| 020901 | DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER - DEEL | | |
| 2060 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER | | |
| 27 | Desporto e Lazer | | |
| 812 | Desporto Comunitário | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 109.500,00 |
| 020901 | DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER - DEEL | | |
| 2061 | PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES OFICIAIS | | |
| 27 | Desporto e Lazer | | |
| 812 | Desporto Comunitário | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 5.000,00 |
| 020901 | DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER - DEEL | | |
| 2061 | PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES OFICIAIS | | |
| 27 | Desporto e Lazer | | |
| 812 | Desporto Comunitário | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 271.500,00 |
| 020901 | DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER - DEEL | | |
| 2087 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER | | |
| 27 | Desporto e Lazer | | |
| 812 | Desporto Comunitário | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | |

Total Geral do Programa:

1.194.300,00

JyG
JyG



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0017 PORTA PARA A VIDA

Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|---|-------------------|----------------|---------------|
| EQUIPES SAÚDE BUCAL | UN UNIDADE | 8 | 9 |
| EQUIPES PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA | UN UNIDADE | 8 | 9 |
| PROJETO ACOLHIMENTO HUMANIZAÇÃO | UN UNIDADE | 0 | 9 |
| EQUIPES PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE | UN UNIDADE | 10 | 10 |
| REDUÇÃO MORTALIDADE INFANTIL | NV NASCIDOS VIVOS | 9 | 400 |
| PARTURIENTES ATENDIDAS PROJETO BEM QUERES | % PERCENTUAL | 92 | 100 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|---------------------------------|-------------------|-----------|----------------|-----------|-----------|---------------------|--------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 7.233.000,00 |
| | 021001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | |
| | | 2024 | IMPLEMENTAÇÃO UBS | | | | | | |
| | | | 10 | Saúde | | | | | |
| | | | | 301 | Atenção Básica | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 16.000,00 |
| | 021001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | |
| | | 2024 | IMPLEMENTAÇÃO UBS | | | | | | |
| | | | 10 | Saúde | | | | | |
| | | | | 301 | Atenção Básica | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |

64
OFF



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

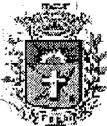
Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | | | | | | |
|-------|--|--|--|--|--|--|-----|---------------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 6.060.000,00 |
| | 021001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | |
| | 2025 DEPARTAMENTO PSF | | | | | | | |
| | 10 Saúde | | | | | | | |
| | 301 Atenção Básica | | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | | |
| | 3 | | | | | | | |
| | | | | | | | | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 10.000,00 |
| | 021001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | |
| | 2025 DEPARTAMENTO PSF | | | | | | | |
| | 10 Saúde | | | | | | | |
| | 301 Atenção Básica | | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | | |
| | 4 | | | | | | | |
| | | | | | | | | DESPESAS DE CAPITAL |
| ----- | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 110.000,00 |
| | 021001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | |
| | 2088 MAIS MÉDICOS | | | | | | | |
| | 10 Saúde | | | | | | | |
| | 301 Atenção Básica | | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | | |
| | 3 | | | | | | | |
| | | | | | | | | DESPESAS CORRENTES |

Total Geral do Programa:

13.429.000,00

659
2020



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| Programa | Descrição | | | | | | | | |
|---------------------------------|--|---------------------------------|--------------------------------------|------------------|-----------------------------------|-----------------------|----------------------|---------------------------------|---------------------|
| 0018 | ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA | | | | | | | | |
| Metas | | | | | | | | | |
| <i>Indicadores</i> | | | <i>Unidade de Medida</i> | | | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> | | |
| CONTRATOS CONTROLE DE QUALIDADE | | | UN | UNIDADE | | 1 | 2 | | |
| DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS | | | UN | UNIDADE | | 2 | 2 | | |
| USUÁRIOS CADASTRADOS HIPERDIA | | | % | PERCENTUAL | | 46 | 72 | | |
| Ações | | | | | | | | | |
| <i>Entidade</i> | <i>Unid.Orçam.</i> | <i>Proj.Ativ.</i> | <i>Função</i> | <i>SubFunção</i> | <i>FonGrupo</i> | <i>FonCódigo</i> | <i>Categoria</i> | <i>Meta</i> | <i>Valor</i> |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 2.217.500,00 |
| | 021001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | |
| | | 2026 | OPERAÇÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA | | | | | | |
| | | | 10 | Saúde | | | | | |
| | | | | 303 | Suporte Profilático e Terapêutico | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 5.000,00 |
| | 021001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | |
| | | 2026 | OPERAÇÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA | | | | | | |
| | | | 10 | Saúde | | | | | |
| | | | | 303 | Suporte Profilático e Terapêutico | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |
| ----- | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | Total Geral do Programa: | 2.222.500,00 |

19/05/2020



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0019 RETAGUARDA PARA O SUS

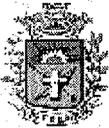
Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|---|-------------------|----------------|---------------|
| ATENDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | % PERCENTUAL | 0 | 32 |
| ATEDIMENTO PACIENTES FORA DO DOMICILIO | UN UNIDADE | 0 | 18300 |
| ITERNAÇÕES | UN UNIDADE | 3500 | 3500 |
| EXAMES LABORATORIAIS REALIZADOS | UN UNIDADE | 96000 | 102000 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|---------------------------------|---|-----------|---------------------------------------|-----------|-----------|---------------------|---------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 10.950.000,00 |
| | 021001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | |
| | | 2027 | PARCEIROS DO SUS - PRESTADORES - MÉDIA COMPLEXIDADE | | | | | | |
| | | | 10 | Saúde | | | | | |
| | | | | 302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 744.500,00 |
| | 021001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | |
| | | 2028 | ATENÇÃO A SAÚDE MENTAL - MÉDIA COMPLEXIDADE | | | | | | |
| | | | 10 | Saúde | | | | | |
| | | | | 302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 10.000,00 |
| | 021001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | |
| | | 2028 | ATENÇÃO A SAÚDE MENTAL - MÉDIA COMPLEXIDADE | | | | | | |
| | | | 10 | Saúde | | | | | |
| | | | | 302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |

2020
27/05



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | |
|--------|--|-----|--------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 797.500,00 |
| 021001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | |
| 2029 | CENTRAL DE REGULAÇÃO DO SISTEMA - MÉDIA COMPLEXIDADE | | |
| 10 | Saúde | | |
| 302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 2.902.360,00 |
| 021001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | |
| 2030 | AMBULATORIO DE ESPECIALIDADES - MÉDIA COMPLEXIDADE | | |
| 10 | Saúde | | |
| 302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 10.000,00 |
| 021001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | |
| 2030 | AMBULATORIO DE ESPECIALIDADES - MÉDIA COMPLEXIDADE | | |
| 10 | Saúde | | |
| 302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 48.846,65 |
| 021001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | |
| 2031 | MANUTENÇÃO DO SAMU | | |
| 04 | Administração | | |
| 122 | Administração Geral | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | |

2020
P



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| Programa | Descrição |
|----------|---------------|
| 0020 | SEMPRE ALERTA |

Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|-------------------------------|-------------------|----------------|---------------|
| NOTIFICAÇÕES DE DST'S | % PERCENTUAL | 70 | 0,5 |
| ESTABELICIMENTOS FISCALIZADOS | % PERCENTUAL | 35 | 25 |
| CURA TUBERCULOSE | % PERCENTUAL | 100 | 100 |
| VACINAÇÃO RECEM-NASCIDOS | % PERCENTUAL | 96 | 95 |
| TESTAGEM LABORATORIAL HIV | UN UNIDADE | 1200 | 0 |
| PRESERVATIVOS DISTRIBUIDOS | UN UNIDADE | 95000 | 77000 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|---------------------------------|------------------------------|-----------|----------------------|-----------|-----------|---------------------|------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 552.500,00 |
| | 021001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | |
| | | 2032 | AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE | | | | | | |
| | | | 10 | Saúde | | | | | |
| | | | | 304 | Vigilância Sanitária | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 25.000,00 |
| | 021001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | |
| | | 2032 | AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE | | | | | | |
| | | | 10 | Saúde | | | | | |
| | | | | 304 | Vigilância Sanitária | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |

7000



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | |
|--------|--|-----|--------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 1.353.000,00 |
| 021001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | |
| 2033 | AÇÕES DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS - VE | | |
| 10 | Saúde | | |
| 305 | Vigilância Epidemiológica | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |

| | | | |
|--------|--|-----|-----------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 40.000,00 |
| 021001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | |
| 2033 | AÇÕES DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS - VE | | |
| 10 | Saúde | | |
| 305 | Vigilância Epidemiológica | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |

Total Geral do Programa: 1.970.500,00

19/05/2020
71

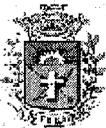


P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| Programa | Descrição | | | | | | | | | |
|--------------|--|--------------------|-------------------|---------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------------|----------------------|--------------|
| 0021 | GESTÃO SUS MAIS EFICIENTE | | | | | | | | | |
| Metas | | | | | | | | | | |
| | <i>Indicadores</i> | | | | | | | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> | |
| | CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE | | | | | | | 1 | 0 | |
| | REFORMA/AMPLIAÇÃO UNIDADES SAÚDE | | | | | | | 1 | 1 | |
| | CAPACITAÇÃO SERVIDORES PÚBLICOS | | | | | | | 100 | 100 | |
| | | | | | | | | | | |
| Ações | | | | | | | | | | |
| | <i>Entidade</i> | <i>Unid.Orçam.</i> | <i>Proj.Ativ.</i> | <i>Função</i> | <i>SubFunção</i> | <i>FonGrupo</i> | <i>FonCódigo</i> | <i>Categoria</i> | <i>Meta</i> | <i>Valor</i> |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | | 1 | 30.000,00 |
| | 021001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | | | |
| | 1014 REFORMA/AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE | | | | | | | | | |
| | 10 Saúde | | | | | | | | | |
| | 122 Administração Geral | | | | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | | | | |
| | 4 DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | | |
| ----- | | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | | 100 | 57.000,00 |
| | 021001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | | | |
| | 2034 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE | | | | | | | | | |
| | 10 Saúde | | | | | | | | | |
| | 122 Administração Geral | | | | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | | | | |
| | 3 DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | | |
| ----- | | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | | 100 | 1.520.000,00 |
| | 021001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | | | |
| | 2035 SUPORTE ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | |
| | 10 Saúde | | | | | | | | | |
| | 122 Administração Geral | | | | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | | | | |
| | 3 DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | | |
| ----- | | | | | | | | | | |

10/05/2020
J. C. P.



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | | | | | | |
|---------------------------------|--|--|--|--|--|--|-----|---------------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 10.000,00 |
| | 021001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | |
| | 2035 SUPORTE ADMINISTRATIVO | | | | | | | |
| | 10 Saúde | | | | | | | |
| | 122 Administração Geral | | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | | |
| | 4 DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | |
| <hr/> | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 2.400.000,00 |
| | 021001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | |
| | 2036 MANUTENÇÃO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO SERVIDOR | | | | | | | |
| | 10 Saúde | | | | | | | |
| | 122 Administração Geral | | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | | |
| | 3 DESPESAS CORRENTES | | | | | | | |
| <hr/> | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | 100 | 7.500,00 |
| | 021001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DESA | | | | | | | |
| | 2037 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | | | | |
| | 10 Saúde | | | | | | | |
| | 122 Administração Geral | | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | | |
| | 3 DESPESAS CORRENTES | | | | | | | |
| <hr/> | | | | | | | | |
| Total Geral do Programa: | | | | | | | | 4.024.500,00 |

19/05/2020



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021.

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0022 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL

Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|--|-------------------|----------------|---------------|
| REFORMA/AMPLIAÇÃO UNIDADES ASSISTÊNCIAIS | UN UNIDADE | 1 | 2 |
| ATIVIDADES ASSISTENCIAIS | % PERCENTUAL | 100 | 100 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|---|--|--|--------------------|-------------------------|-----------|-----------|---------------------|------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA | | | | | | | 2 | 5.000,00 |
| | 021101 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | | | |
| | | 1025 | REFORMA/AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ASSISTÊNCIAIS | | | | | | |
| | | | 08 | Assistência Social | | | | | |
| | | | | 244 | Assistência Comunitária | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA | | | | | | | 100 | 450.000,00 |
| | 021101 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | | | |
| | | 2036 | MANUTENÇÃO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO SERVIDOR | | | | | | |
| | | | 08 | Assistência Social | | | | | |
| | | | | 244 | Assistência Comunitária | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA | | | | | | | 100 | 56.000,00 |
| | 021101 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | | | |
| | | 2062 | MANUTENÇÃO PLANTÃO SOCIAL | | | | | | |
| | | | 08 | Assistência Social | | | | | |
| | | | | 244 | Assistência Comunitária | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |

Handwritten initials: HAP



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | | | | | |
|-------|--|--|---|--------------------|-------------------------|-----------|---------------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 1.272.000,00 |
| | 021101 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | |
| | | 2063 | REGISTRO E REPASSE DE VERBAS DAS ENTIDADES | | | | |
| | | | 08 | Assistência Social | | | |
| | | | | 244 | Assistência Comunitária | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | | 3 |
| | | | | | | | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 1.000,00 |
| | 021101 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | |
| | | 2063 | REGISTRO E REPASSE DE VERBAS DAS ENTIDADES | | | | |
| | | | 08 | Assistência Social | | | |
| | | | | 244 | Assistência Comunitária | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | | 4 |
| | | | | | | | DESPESAS DE CAPITAL |
| ----- | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 2.235.500,00 |
| | 021101 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | |
| | | 2064 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | |
| | | | 08 | Assistência Social | | | |
| | | | | 244 | Assistência Comunitária | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | | 3 |
| | | | | | | | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 5.000,00 |
| | 021101 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | |
| | | 2064 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | |
| | | | 08 | Assistência Social | | | |
| | | | | 244 | Assistência Comunitária | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | | 4 |
| | | | | | | | DESPESAS DE CAPITAL |
| ----- | | | | | | | |

750
08/05



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

2021

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. 100 36.900,00
021101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS
2065 MANUTENÇÃO DO I.G.D. - BF
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
00 A DEFINIR
000 A DEFINIR
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. 100 81.100,00
021101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS
2065 MANUTENÇÃO DO I.G.D. - BF
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
00 A DEFINIR
000 A DEFINIR
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. 100 114.500,00
021101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS
2066 CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
00 A DEFINIR
000 A DEFINIR
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. 100 5.000,00
021101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS
2066 CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
00 A DEFINIR
000 A DEFINIR
4 DESPESAS DE CAPITAL

104
26



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | | | | | |
|-------|--|--|--|---|---------------------|-----|-----------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 65.000,00 |
| | 021101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | | |
| | 2067 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA AOS IDOSOS | | | | | | |
| | 08 Assistência Social | | | | | | |
| | 244 Assistência Comunitária | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | |
| | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 5.000,00 |
| | 021101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | | |
| | 2067 PROTEÇÃO SOCIAL BASICA AOS IDOSOS | | | | | | |
| | 08 Assistência Social | | | | | | |
| | 244 Assistência Comunitária | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | |
| | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| ----- | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 46.000,00 |
| | 021101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | | |
| | 2068 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MEDIA COMPLEXIDADE | | | | | | |
| | 08 Assistência Social | | | | | | |
| | 244 Assistência Comunitária | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | |
| | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 5.000,00 |
| | 021101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | | |
| | 2068 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MEDIA COMPLEXIDADE | | | | | | |
| | 08 Assistência Social | | | | | | |
| | 244 Assistência Comunitária | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | |
| | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| ----- | | | | | | | |

27/05



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | | | | | |
|-------|--|--|--|--------------------|-------------------------|-----------|---------------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 5.000,00 |
| | 021101 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | |
| | | 2069 | MANUTENÇÃO DO CONSELHO ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | |
| | | | 08 | Assistência Social | | | |
| | | | | 244 | Assistência Comunitária | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | | 3 |
| | | | | | | | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 1.000,00 |
| | 021101 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | |
| | | 2069 | MANUTENÇÃO DO CONSELHO ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | |
| | | | 08 | Assistência Social | | | |
| | | | | 244 | Assistência Comunitária | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | | 4 |
| | | | | | | | DESPESAS DE CAPITAL |
| ----- | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 176.500,00 |
| | 021101 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | |
| | | 2070 | PROTEÇÃO SOCIAL BASICA A CRIANÇA E ADOLESCENTE | | | | |
| | | | 08 | Assistência Social | | | |
| | | | | 244 | Assistência Comunitária | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | | 3 |
| | | | | | | | DESPESAS CORRENTES |
| ----- | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 5.000,00 |
| | 021101 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | |
| | | 2070 | PROTEÇÃO SOCIAL BASICA A CRIANÇA E ADOLESCENTE | | | | |
| | | | 08 | Assistência Social | | | |
| | | | | 244 | Assistência Comunitária | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | | 4 |
| | | | | | | | DESPESAS DE CAPITAL |
| ----- | | | | | | | |

Handwritten signature or initials in the bottom right corner.



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | |
|--------|--|-----|------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 162.000,00 |
| 021101 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | |
| 2073 | CREAS - CENTRO REFERENCIA ESPECIALIZADO ASSISTENCIA SOCIAL | | |
| 08 | Assistência Social | | |
| 244 | Assistência Comunitária | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 5.000,00 |
| 021101 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | |
| 2073 | CREAS - CENTRO REFERENCIA ESPECIALIZADO ASSISTENCIA SOCIAL | | |
| 08 | Assistência Social | | |
| 244 | Assistência Comunitária | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 14.500,00 |
| 021101 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | |
| 2075 | MANUTENÇÃO DO I.G.D. - SUAS | | |
| 08 | Assistência Social | | |
| 244 | Assistência Comunitária | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| ----- | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 9.500,00 |
| 021101 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | |
| 2075 | MANUTENÇÃO DO I.G.D. - SUAS | | |
| 08 | Assistência Social | | |
| 244 | Assistência Comunitária | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| ----- | | | |

70
9/20



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

2021

| | | | | | | | |
|-------|--|--|--|--|--|-----|------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 128.000,00 |
| | 021101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | | |
| | 2091 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS | | | | | | |
| | 08 Assistência Social | | | | | | |
| | 244 Assistência Comunitária | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | |
| | 3 DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
| ----- | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 8.000,00 |
| | 021101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | | |
| | 2091 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS | | | | | | |
| | 08 Assistência Social | | | | | | |
| | 244 Assistência Comunitária | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | |
| | 4 DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | |
| ----- | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 164.500,00 |
| | 021101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | | |
| | 2093 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR | | | | | | |
| | 08 Assistência Social | | | | | | |
| | 244 Assistência Comunitária | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | |
| | 3 DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
| ----- | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 2.000,00 |
| | 021101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | | | | | |
| | 2093 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR | | | | | | |
| | 08 Assistência Social | | | | | | |
| | 244 Assistência Comunitária | | | | | | |
| | 00 A DEFINIR | | | | | | |
| | 000 A DEFINIR | | | | | | |
| | 4 DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | |
| ----- | | | | | | | |

10/5/2020
JCP



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FÍSCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

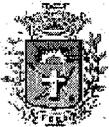
2021

| | | | |
|--------|--|-----|-----------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 94.000,00 |
| 021101 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - DEAS | | |
| 2094 | PROGRAMA CRIANÇA FELIZ | | |
| 08 | Assistência Social | | |
| 244 | Assistência Comunitária | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| <hr/> | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 40.000,00 |
| 021102 | FUNDO MUN.DIR.CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | | |
| 2063 | REGISTRO E REPASSE DE VERBAS DAS ENTIDADES | | |
| 08 | Assistência Social | | |
| 243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 3 | DESPESAS CORRENTES | | |
| <hr/> | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | 100 | 1.000,00 |
| 021102 | FUNDO MUN.DIR.CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | | |
| 2063 | REGISTRO E REPASSE DE VERBAS DAS ENTIDADES | | |
| 08 | Assistência Social | | |
| 243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | | |
| 00 | A DEFINIR | | |
| 000 | A DEFINIR | | |
| 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | |

Total Geral do Programa:

5.199.000,00

104
21/5



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| Programa | Descrição | | | | | | | | |
|---------------------------------|--|--|---|--------------------|--|-------------------|-----------|---------------------|------------------|
| 0023 | CRIANÇA CIDADÃ | | | | | | | | |
| Metas | | | | | | | | | |
| | Indicadores | | | | | Unidade de Medida | | Índice Recente | Índice Futuro |
| | MANUTENÇÃO FMDCA | | | | | % PERCENTUAL | | 100 | 100 |
| Ações | | | | | | | | | |
| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 11.500,00 |
| | 021102 | FUNDO MUN.DIR.CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | | | | | | | |
| | | 2076 | MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇAS E ADOLESCENTES | | | | | | |
| | | | 08 | Assistência Social | | | | | |
| | | | | 243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 1.000,00 |
| | 021102 | FUNDO MUN.DIR.CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | | | | | | | |
| | | 2076 | MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇAS E ADOLESCENTES | | | | | | |
| | | | 08 | Assistência Social | | | | | |
| | | | | 243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |
| ----- | | | | | | | | | |
| Total Geral do Programa: | | | | | | | | | 12.500,00 |

Handwritten signature



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0024 SOLIDARIEDADE SOCIAL

Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|-------------------------|-------------------|----------------|---------------|
| MANUTENÇÃO FUNDO SOCIAL | % PERCENTUAL | 100 | 100 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|-------------------------------|---|--------------------|-------------------------|-----------|-----------|---------------------|-----------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 37.000,00 |
| | 020207 | FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE | | | | | | | |
| | | 2077 | MANUTENÇÃO DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE | | | | | | |
| | | | 08 | Assistência Social | | | | | |
| | | | | 244 | Assistência Comunitária | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 2.500,00 |
| | 020207 | FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE | | | | | | | |
| | | 2077 | MANUTENÇÃO DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE | | | | | | |
| | | | 08 | Assistência Social | | | | | |
| | | | | 244 | Assistência Comunitária | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 3.000,00 |
| | 020207 | FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE | | | | | | | |
| | | 2078 | CENTRO DE GERAÇÃO EMPREGO E RENDA | | | | | | |
| | | | 08 | Assistência Social | | | | | |
| | | | | 244 | Assistência Comunitária | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |

23



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

2021

| | | | | | | | |
|--------|--|--|--|--|--|-----|-----------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 11.000,00 |
| 020207 | FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE | | | | | | |
| 2078 | CENTRO DE GERAÇÃO EMPREGO E RENDA | | | | | | |
| 08 | Assistência Social | | | | | | |
| 244 | Assistência Comunitária | | | | | | |
| 00 | A DEFINIR | | | | | | |
| 000 | A DEFINIR | | | | | | |
| 4 | DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | |

Total Geral do Programa: 53.500,00

24/8
JAF



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0025 ASSUNTOS JURIDICOS

Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|---------------------|-------------------|----------------|---------------|
| PROCESSOS JUDICIAIS | % PERCENTUAL | 100 | 100 |

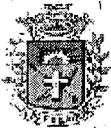
Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|---|---|------------|-----------------|-----------|-----------|--------------------|------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU.PTA. | | | | | | | 100 | 548.500,00 |
| | 021301 | DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURIDICOS - DEAJUR | | | | | | | |
| | | 2079 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ASSUNTOS JURIDICOS | | | | | | |
| | | | 02 | Judiciária | | | | | |
| | | | | 061 | Ação Judiciária | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |

| | | | | | | | | | |
|------|--|---|---|------------|-----------------|-----------|-----------|---------------------|----------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU.PTA. | | | | | | | 100 | 2.500,00 |
| | 021301 | DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURIDICOS - DEAJUR | | | | | | | |
| | | 2079 | MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ASSUNTOS JURIDICOS | | | | | | |
| | | | 02 | Judiciária | | | | | |
| | | | | 061 | Ação Judiciária | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |

Total Geral do Programa: 551.000,00

05/05/20



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Programa Descrição

0026 ENCARGOS GERAIS

Metas

| Indicadores | Unidade de Medida | Índice Recente | Índice Futuro |
|-------------------------------------|-------------------|----------------|---------------|
| PAGAMENTO PASEP | % PERCENTUAL | 100 | 100 |
| PARCELAMENTO DIVÍDA PÚBLICA | % PERCENTUAL | 100 | 100 |
| PAGAMENTO SENTENÇAS JUDICIAIS | % PERCENTUAL | 100 | 100 |
| PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO SERVIDOR | % PERCENTUAL | 100 | 100 |

Ações

| Entidade | Unid.Orçam. | Proj.Ativ. | Função | SubFunção | FonGrupo | FonCódigo | Categoria | Meta | Valor |
|----------|--|------------------------------|---|---------------------------|----------|-----------|-----------|---------------------|--------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 7.425.660,40 |
| | 021401 | ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO | | | | | | | |
| | | 0001 | OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUITIVAS | | | | | | |
| | | 28 | Encargos Especiais | | | | | | |
| | | | 846 | Outros Encargos Especiais | | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPEŠAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 4.000.000,00 |
| | 021401 | ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO | | | | | | | |
| | | 0002 | PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS | | | | | | |
| | | 28 | Encargos Especiais | | | | | | |
| | | | 846 | Outros Encargos Especiais | | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPEŠAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 3.800.000,00 |
| | 021401 | ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO | | | | | | | |
| | | 0003 | AMORTIZAÇÃO DA DIVÍDA PÚBLICA | | | | | | |
| | | 28 | Encargos Especiais | | | | | | |
| | | | 843 | Serviço da Dívida Interna | | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPEŠAS DE CAPITAL | |

Handwritten signature or initials



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | | | | | |
|---------------------------------|--|------------------------------|---|--------------------|---------------------------|-----------|----------------------|
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 1.600.000,00 |
| | 021401 | ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO | | | | | |
| | | 0004 | ENCARGOS DA DIVIDA PÚBLICA | | | | |
| | | | 28 | Encargos Especiais | | | |
| | | | | 843 | Serviço da Dívida Interna | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | | 3 |
| | | | | | | | DESPESAS CORRENTES |
| <hr/> | | | | | | | |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | 100 | 2.400.000,00 |
| | 021401 | ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO | | | | | |
| | | 2036 | MANUTENÇÃO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO SERVIDOR. | | | | |
| | | | 04 | Administração | | | |
| | | | | 122 | Administração Geral | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR |
| | | | | | | | 3 |
| | | | | | | | DESPESAS CORRENTES |
| <hr/> | | | | | | | |
| Total Geral do Programa: | | | | | | | 19.225.660,40 |

19/05/2020



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Page 64 of 66

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| Programa | Descrição | | | | | | | | |
|---------------------------------|--|---------------------------------|--|--------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|-----------------------|----------------------|
| 0027 | OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS | | | | | | | | |
| Metas | | | | | | | | | |
| | <i>Indicadores</i> | | | | | | | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
| | APOSENTADORIAS E PENSÕES | | | | | | | 288 | 323 |
| | | | | | | | | | |
| Ações | | | | | | | | | |
| <i>Entidade</i> | <i>Unid.Orçam.</i> | <i>Proj.Ativ.</i> | <i>Função</i> | <i>SubFunção</i> | <i>FonGrupo</i> | <i>FonCódigo</i> | <i>Categoria</i> | <i>Meta</i> | <i>Valor</i> |
| 0003 | INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | 2 | 3.480.718,32 |
| | 030101 | INST.MUNIC.DE SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | |
| | | 2085 | MANUTENÇÃO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | |
| | | | 09 | Previdência Social | | | | | |
| | | | | 272 | Previdência do Regime Estatutário | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0003 | INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | 2 | 50.000,00 |
| | 030101 | INST.MUNIC.DE SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | |
| | | 2085 | MANUTENÇÃO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | |
| | | | 09 | Previdência Social | | | | | |
| | | | | 272 | Previdência do Regime Estatutário | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 4 | DESPESAS DE CAPITAL | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0003 | INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | 100 | 16.205.000,00 |
| | 030101 | INST.MUNIC.DE SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | |
| | | 2086 | PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS, PENSÕES E AUXÍLIOS | | | | | | |
| | | | 09 | Previdência Social | | | | | |
| | | | | 272 | Previdência do Regime Estatutário | | | | |
| | | | | | 00 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 000 | A DEFINIR | | |
| | | | | | | | 3 | DESPESAS CORRENTES | |
| ----- | | | | | | | | | |
| Total Geral do Programa: | | | | | | | | 19.735.718,32 | |

Handwritten signature or initials



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| Programa | Descrição | | | | | | | | |
|-----------------|--|---------------------------------|-------------------------|--------------------------------|-----------------|--------------------------|-------------------------|---------------------------------|----------------------|
| 0999 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | | |
| Metas | | | | | | | | | |
| | <i>Indicadores</i> | | | | | <i>Unidade de Medida</i> | | <i>Índice Recente</i> | <i>Índice Futuro</i> |
| | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | | % PERCENTUAL | | 100 | 100 |
| Ações | | | | | | | | | |
| <i>Entidade</i> | <i>Unid.Orçam.</i> | <i>Proj.Ativ.</i> | <i>Função</i> | <i>SubFunção</i> | <i>FonGrupo</i> | <i>FonCódigo</i> | <i>Categoria</i> | <i>Meta</i> | <i>Valor</i> |
| 0001 | PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA. | | | | | | | 100 | 1.000.000,00 |
| | 021401 | ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO | | | | | | | |
| | 0999 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | |
| | | 99 | Reserva de Contingência | | | | | | |
| | | | 999 | Reserva de Contingência | | | | | |
| | | | | 00 | A DEFINIR | | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 9 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | |
| ----- | | | | | | | | | |
| 0003 | INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | 100 | 3.172.660,40 |
| | 030101 | INST.MUNIC.DE SEGURIDADE SOCIAL | | | | | | | |
| | 0999 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | |
| | | 99 | Reserva de Contingência | | | | | | |
| | | | 997 | Reserva de Contingência - RPPS | | | | | |
| | | | | 00 | A DEFINIR | | | | |
| | | | | | 000 | A DEFINIR | | | |
| | | | | | | 9 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | |
| ----- | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | Total Geral do Programa: | 4.172.660,40 |

2020



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2021 - Situação em 27/05/2020)
2021

Page 66 of 66

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

Total Geral da LDO: 177.880.406,72

AP
2020



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2021

Page 1 of 1

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$-1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2021 | | | | 2022 | | | | 2023 | | | |
|-----------------------------|------------------|----------------|---------------------|-------------------|------------------|----------------|----------------------|-------------------|------------------|----------------|----------------------|-------------------|
| | VI. Corrente (a) | VI. Constante | % PIB (a/PIB)x100 | % RCL (a/RCL)x100 | VI. Corrente (b) | VI. Constante | % PIB (b/PIB)x100 | % RCL (b/RCL)x100 | VI. Corrente (c) | VI. Constante | % PIB (c/PIB)x100 | % RCL (c/RCL)x100 |
| Receita Total | 177.880.406,72 | 171.209.891,47 | 7.733.930.726,95650 | 115,79190 | 184.550.921,97 | 177.630.262,40 | 18.455.092.197,20000 | 116,63500 | 191.010.204,24 | 184.324.847,09 | 19.101.020.424,10200 | 128,75640 |
| Receitas Primárias (I) | 174.533.406,72 | 167.988.403,97 | 7.588.408.987,82610 | 113,61320 | 181.078.409,47 | 174.287.969,12 | 18.107.840.947,20000 | 114,44040 | 187.416.153,80 | 180.856.588,42 | 18.741.615.380,35200 | 126,33370 |
| Despesa Total | 177.880.406,72 | 171.209.891,47 | 7.733.930.726,95650 | 115,79190 | 184.550.921,97 | 177.630.262,40 | 18.455.092.197,20000 | 116,63500 | 191.010.204,24 | 184.324.847,09 | 19.101.020.424,10200 | 128,75640 |
| Despesa Primárias (II) | 170.428.406,72 | 164.037.341,47 | 7.409.930.726,95650 | 110,94100 | 176.819.471,97 | 170.188.741,77 | 17.681.947.197,20000 | 111,74880 | 183.008.153,49 | 176.602.868,12 | 18.300.815.349,10200 | 123,36230 |
| Resultado Primário (I - II) | 4.105.000,00 | 3.951.062,50 | 178.478.260,86960 | 2,67220 | 4.258.937,50 | 4.099.227,34 | 425.893.750,00000 | 2,69160 | 4.408.000,31 | 4.253.720,30 | 440.800.031,25000 | 2,97140 |
| Resultado Nominal | 8.230.000,00 | 7.921.375,00 | 357.826.086,95650 | 5,35730 | 8.538.625,00 | 8.218.426,56 | 853.862.500,00000 | 5,39640 | 8.837.476,88 | 8.528.165,18 | 883.747.687,50000 | 5,95720 |
| Dívida Pública Consolidada | 31.200.000,00 | 30.030.000,00 | 1.356.521.739,13040 | 20,30980 | 32.370.000,00 | 31.156.125,00 | 3.237.000.000,00000 | 20,45760 | 33.502.950,00 | 32.330.346,75 | 3.350.295.000,00000 | 22,58370 |
| Dívida Consolidada Líquida | 23.150.000,00 | 22.281.875,00 | 1.006.521.739,13040 | 15,06960 | 24.018.125,00 | 23.117.445,31 | 2.401.812.500,00000 | 15,17930 | 24.858.759,38 | 23.988.702,80 | 2.485.875.937,50000 | 16,75680 |

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.86], PREFEITURA MUNICIPAL DÁ ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA., Data/hora da emissão: 26/mar/2020 16h e 57m"

10/10



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

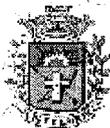
920
PM
Page 1 of 1

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

RS 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas 2019 (a) | % PIB | % RCL | Metas Realizadas 2019 (b) | % PIB | % RCL | Variação | |
|-------------------------------|-----------------------------|---------|-----------|------------------------------|---------|----------|-----------------|-------------|
| | | | | | | | Valor (c)=(b-a) | % (c/a)x100 |
| Receita Total | 165.493.000,00 | 0,00020 | 114,44980 | 180.678.745,00 | 0,00020 | 24,95180 | 15.185.745,00 | 9,18000 |
| Receitas Primárias (I) | 163.273.500,00 | 0,00020 | 112,91490 | 160.375.582,78 | 0,00020 | 10,91070 | -2.897.917,22 | -1,77000 |
| Despesa Total | 165.493.000,00 | 0,00020 | 114,44980 | 146.792.995,17 | 0,00020 | 01,51750 | -18.700.004,83 | -11,30000 |
| Despesa Primárias (II) | 160.733.500,00 | 0,00020 | 111,15830 | 141.854.338,16 | 0,00020 | 98,10200 | -18.879.161,84 | -11,75000 |
| Resultado Primário (I - II) | 2.540.000,00 | 0,00000 | 1,75660 | 18.521.244,62 | 0,00000 | 12,80870 | 15.981.244,62 | 629,18290 |
| Resultado Nominal | 13.505.000,00 | 0,00000 | 9,33960 | 2.352.274,25 | 0,00000 | 1,62680 | -11.152.725,75 | -82,58000 |
| Dívida Pública Consolidada | 26.500.000,00 | 0,00000 | 18,32660 | 32.235.820,03 | 0,00000 | 22,29330 | 5.735.820,03 | 21,64000 |
| Dívida Consolidada Líquida | 20.200.000,00 | 0,00000 | 13,96970 | 25.991.352,59 | 0,00000 | 17,97480 | 5.791.352,59 | 28,67000 |

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.86], PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA., Data/hora da emissão: 26/mai/2020 16h e 57m"



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|----------------------------|----------------|-------|----------------|--------|----------------|--------|----------------|------|----------------|------|
| | 2018 | 2019 | % | 2020 | % | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % |
| Receita Total | 160.592.517,06 | 165.493.000,00 | 3,05 | 169.827.594,88 | 2,62 | 177.880.406,72 | 4,74 | 184.550.921,97 | 3,75 | 191.010.204,24 | 3,50 |
| Receitas Primárias (I) | 158.574.417,06 | 163.273.500,00 | 2,96 | 167.270.594,88 | 2,45 | 174.533.406,72 | 4,34 | 181.078.409,47 | 3,75 | 187.416.153,80 | 3,50 |
| Despesa Total | 160.592.517,06 | 165.493.000,00 | 3,05 | 169.827.594,88 | 2,62 | 177.880.406,72 | 4,74 | 184.550.921,97 | 3,75 | 191.010.204,24 | 3,50 |
| Despesa Primárias (II) | 156.559.517,06 | 160.733.500,00 | 2,67 | 164.932.594,88 | 2,61 | 170.428.406,72 | 3,33 | 176.819.471,97 | 3,75 | 183.008.153,49 | 3,50 |
| Resultado Primário (I - II) | 0,00 | 2.540.000,00 | 0,00 | 2.338.000,00 | -7,95 | 4.105.000,00 | 75,58 | 4.258.937,50 | 3,75 | 4.408.000,31 | 3,50 |
| Resultado Nominal | 11.525.128,00 | 13.505.000,00 | 17,18 | 10.500.000,00 | -22,25 | 8.230.000,00 | -21,62 | 8.538.625,00 | 3,75 | 8.837.476,88 | 3,50 |
| Dívida Pública Consolidada | 20.478.026,00 | 26.500.000,00 | 29,41 | 23.200.000,00 | -12,45 | 31.200.000,00 | 34,48 | 32.370.000,00 | 3,75 | 33.502.950,00 | 3,50 |
| Dívida Consolidada Líquida | 0,00 | 20.200.000,00 | 0,00 | 4.100.000,00 | -79,70 | 23.150.000,00 | 464,63 | 24.018.125,00 | 3,75 | 24.858.759,38 | 3,50 |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------------------------|----------------|-------|----------------|--------|----------------|--------|----------------|------|----------------|------|
| | 2018 | 2019 | % | 2020 | % | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % |
| Receita Total | 160.592.517,06 | 165.493.000,00 | 3,05 | 163.034.491,08 | -1,49 | 177.880.406,72 | 9,11 | 184.550.921,97 | 3,75 | 191.010.204,24 | 3,50 |
| Receitas Primárias (I) | 158.574.417,06 | 163.273.500,00 | 2,96 | 167.270.594,88 | 2,45 | 174.533.406,72 | 4,34 | 181.078.409,47 | 3,75 | 187.416.453,80 | 3,50 |
| Despesa Total | 160.592.517,06 | 165.493.000,00 | 3,05 | 163.034.491,08 | -1,49 | 177.880.406,72 | 9,11 | 184.550.921,97 | 3,75 | 191.010.204,24 | 3,50 |
| Despesa Primárias (II) | 156.559.517,06 | 160.733.500,00 | 2,67 | 164.932.594,88 | 2,61 | 170.428.406,72 | 3,33 | 176.819.471,97 | 3,75 | 183.008.153,49 | 3,50 |
| Resultado Primário (I - II) | 0,00 | 2.540.000,00 | -0,00 | 2.338.000,00 | -7,95 | 4.105.000,00 | 75,58 | 4.258.937,50 | 3,75 | 4.408.300,31 | 3,51 |
| Resultado Nominal | 11.525.128,00 | 13.505.000,00 | 17,18 | 10.080.000,00 | -25,36 | 8.230.000,00 | -18,35 | 8.538.625,00 | 3,75 | 8.837.476,88 | 3,50 |
| Dívida Pública Consolidada | 20.478.026,00 | 26.500.000,00 | 29,41 | 22.272.000,00 | -15,95 | 31.200.000,00 | 40,09 | 32.370.000,00 | 3,75 | 33.502.950,00 | 3,50 |
| Dívida Consolidada Líquida | 0,00 | 20.200.000,00 | 0,00 | 3.936.000,00 | -80,51 | 23.150.000,00 | 488,16 | 24.018.125,00 | 3,75 | 24.858.759,38 | 3,50 |

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.86], PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA., Data/hora da emissão: 26/mar/2020 16h e 58m"

2020



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

94
PTD
Page 1 of 1

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | REGIME NORMAL | | | | | |
|---------------------|----------------|---------|----------------|---------|---------------|---------|
| | 2019 | % | 2018 | % | 2017 | % |
| Patrimônio/Capital | 116.091.653,41 | 100,000 | 101.215.280,53 | 100,000 | 86.378.197,66 | 100,000 |
| Reservas | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 |
| Resultado Acumulado | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 |
| TOTAL | 116.091.653,41 | 100,00 | 101.215.280,53 | 100,00 | 86.378.197,66 | 100,00 |

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | REGIME PREVIDENCIÁRIO | | | | | |
|---------------------|-----------------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|
| | 2019 | % | 2018 | % | 2017 | % |
| Patrimônio/Capital | 21.925.097,57 | 100,000 | 11.912.357,24 | 100,000 | 18.760.367,27 | 100,000 |
| Reservas | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 |
| Resultado Acumulado | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 |
| TOTAL | 21.925.097,57 | 100,00 | 11.912.357,24 | 100,00 | 18.760.367,27 | 100,00 |

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.86], PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA., Data/hora da emissão: 26/mai/2020 16h e 59m"



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP

LEI DE DÍRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

R\$ 1,00

| RECEITAS REALIZADAS | 2019 (a) | 2018 (b) | 2017 (c) |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|
| RECEITAS DE CAPITAL | 295.150,00 | 56.200,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE ATIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 295.150,00 | 56.200,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS LIQUIDADAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| DESPESAS EXECUTADAS | 2019 (d) | 2018 (e) | 2017 (f) |
|--|-----------------------------|-----------------------------|-------------------|
| APLICAÇÃO REC. C/ALIENAÇÃO DE ATIVOS | 215.641,48 | 46.300,00 | 217.045,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 215.641,48 | 46.300,00 | 217.045,00 |
| Investimentos | 215.641,48 | 46.300,00 | 217.045,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CORRÉNTES REGIMES PREVIDÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral de Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VALOR(III) | (g) = ((Ia - II d) + III h) | (h) = ((Ib - II e) + III i) | (i) = (Ic - II f) |
| | -127.636,48 | -207.145,00 | -217.045,00 |

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.86], PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA., Data/hora da emissão: 26/mai/2020 16h e 59m"



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

Page 1 of 3

06
SP

2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RS 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | 2019 | 2018 | 2017 |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|
| RECEITAS CORRENTES(I) | 21.401.585,51 | 26.891.951,52 | 17.897.376,02 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 4.389.629,45 | 4.430.340,12 | 3.977.455,59 |
| Civil | 4.389.629,45 | 4.430.340,12 | 3.977.455,59 |
| Ativo | 4.366.840,67 | 4.406.738,23 | 3.965.448,92 |
| Inativo | 8.791,92 | 9.801,48 | 1.533,12 |
| Pensionista | 13.996,86 | 13.800,41 | 10.473,55 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições Patronais | 8.329.902,22 | 8.679.842,02 | 6.403.878,59 |
| Civil | 6.861.785,13 | 6.679.842,02 | 6.403.878,59 |
| Ativo | 6.861.785,13 | 6.679.842,02 | 6.403.878,59 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ... | 1.468.117,09 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 2.210.449,15 | 9.277.960,98 | 603.187,21 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 2.210.449,15 | 9.277.960,98 | 603.187,21 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 6.471.604,69 | 4.503.808,40 | 6.912.854,63 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 27.631,98 | 214.564,52 | 0,00 |
| Aportes Periódicos Amort Déficit Atuarial (II) | 6.442.746,39 | 4.282.425,19 | 4.770.891,44 |
| Demais Receitas Correntes | 1.226,32 | 6.818,69 | 2.141.963,19 |
| RECEITAS DE CAPITAL(III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (| 14.958.839,12 | 22.609.526,33 | 13.126.484,58 |

| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | 2019 | 2018 | 2017 |
|---|----------------------|----------------------|---------------------|
| ADMINISTRAÇÃO(V) | 2.041.294,09 | 1.037.134,40 | 1.015.688,25 |
| Despesas Correntes | 2.026.739,09 | 1.011.112,60 | 1.002.688,25 |
| Despesas de Capital | 14.555,00 | 26.021,80 | 13.000,00 |
| PREVIDÊNCIA(VI) | 11.419.011,07 | 10.174.635,50 | 8.739.211,70 |
| Benefícios - Civil | 11.201.319,31 | 10.157.590,99 | 8.609.798,01 |
| Aposentadorias | 7.329.946,75 | 6.330.930,14 | 5.266.680,88 |
| Pensões | 1.794.336,10 | 1.540.293,01 | 1.427.553,89 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 2.077.036,46 | 2.286.367,84 | 1.915.563,24 |
| Benefícios - Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 217.691,76 | 17.044,51 | 129.413,69 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 217.691,76 | 17.044,51 | 129.413,69 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V | 13.460.305,16 | 11.211.769,90 | 9.754.899,95 |



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

Page 2 of 3

2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | 2019 | 2018 | 2017 |
|--|--------------|---------------|--------------|
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII) | 1.498.533,96 | 11.397.756,43 | 3.371.584,63 |

| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | 2019 | 2018 | 2017 |
|--|---------------|---------------|---------------|
| VALOR | 19.706.000,00 | 20.325.000,00 | 19.392.000,00 |

| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 2019 | 2018 | 2017 |
|------------------------------|--------------|--------------|---------------|
| VALOR | 7.668.000,00 | 8.880.000,00 | 10.229.000,00 |

| APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 2019 | 2018 | 2017 |
|---|--------------|--------------|--------------|
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suple | 6.442.746,39 | 4.282.425,19 | 4.770.891,44 |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Aportes para o RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| BENS E DIREITOS DO RPPS | 2019 | 2018 | 2017 |
|-------------------------------|----------------|-----------------|----------------|
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 13.025,38 | 51.469,68 | 66.016,94 |
| Investimentos e Aplicações | 181.525.044,34 | -149.337.078,51 | 129.225.098,89 |
| Outro Bens e Direitos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

PLANO FINANCEIRO

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | 2019 | 2018 | 2017 |
|--|------|------|------|
| RECEITAS CORRENTES(IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ... | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL(X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | 2019 | 2018 | 2017 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| ADMINISTRAÇÃO(XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PREVIDÊNCIA(XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Benefícios - Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Benefícios - Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | 2019 | 2018 | 2017 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS | 2019 | 2018 | 2017 |
|---|------|------|------|
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos para Formação de Reserva | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.86], PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA., Data/hora da emissão: 26/mai/2020 17h e 00m"



990
1970

P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
2021 **Lei: 00000, Data: 27/05/2020**

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

RS 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a) | DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c) |
|-----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|---|---|
| PLANO PREVIDENCIÁRIO | | | | |
| 2020 | 17.354.109,37 | 15.914.451,22 | 1.439.658,15 | 1.439.658,15 |
| 2021 | 18.334.765,10 | 17.013.543,43 | 1.321.221,67 | 2.760.879,82 |
| 2022 | 19.312.684,47 | 18.165.954,79 | 1.146.729,68 | 3.907.609,50 |
| 2023 | 20.295.727,68 | 18.993.275,63 | 1.302.452,05 | 5.210.061,55 |
| 2024 | 21.289.147,85 | 19.978.635,24 | 1.310.512,61 | 6.520.574,16 |
| 2025 | 22.280.154,87 | 21.265.239,90 | 1.014.914,97 | 7.535.489,13 |
| 2026 | 23.278.557,99 | 21.913.014,37 | 1.365.543,62 | 8.901.032,75 |
| 2027 | 24.306.287,09 | 22.467.998,92 | 1.838.288,17 | 10.739.320,92 |
| 2028 | 25.295.739,50 | 25.483.752,18 | -188.012,68 | 10.551.308,24 |
| 2029 | 26.211.565,47 | 27.170.748,48 | -959.183,01 | 9.592.125,23 |
| 2030 | 27.090.568,17 | 28.785.278,26 | -1.694.710,09 | 7.897.415,14 |
| 2031 | 27.914.707,33 | 31.016.467,57 | -3.101.760,24 | 4.795.654,90 |
| 2032 | 28.685.254,41 | 32.480.028,40 | -3.794.773,99 | 1.000.880,91 |
| 2033 | 29.423.919,63 | 33.865.243,84 | -4.441.324,21 | -3.440.443,30 |
| 2034 | 30.093.175,30 | 36.548.045,67 | -6.454.870,37 | -9.895.313,67 |
| 2035 | 30.701.317,78 | 37.513.507,15 | -6.812.189,37 | -16.707.503,04 |
| 2036 | 31.270.410,32 | 39.323.310,37 | -8.052.900,05 | -24.760.403,09 |
| 2037 | 31.792.896,08 | 40.470.847,01 | -8.677.950,93 | -33.438.354,02 |
| 2038 | 32.300.601,44 | 41.103.496,61 | -8.802.895,17 | -42.241.249,19 |
| 2039 | 32.759.723,65 | 43.377.457,87 | -10.617.734,22 | -52.858.983,41 |
| 2040 | 33.165.383,58 | 44.081.794,66 | -10.916.411,08 | -63.775.394,49 |
| 2041 | 33.557.276,17 | 44.896.409,42 | -11.339.133,25 | -75.114.527,74 |
| 2042 | 33.948.054,46 | 45.143.745,09 | -11.195.690,63 | -86.310.218,37 |
| 2043 | 34.355.889,58 | 45.338.357,41 | -10.982.467,83 | -97.292.686,20 |
| 2044 | 34.777.459,68 | 45.735.605,51 | -10.958.145,83 | -108.250.832,03 |
| 2045 | 35.213.380,90 | 45.939.108,96 | -10.725.728,06 | -118.976.560,09 |
| 2046 | 35.672.550,53 | 46.063.871,53 | -10.391.321,00 | -129.367.881,09 |
| 2047 | 36.158.489,35 | 46.196.207,23 | -10.037.717,88 | -139.405.598,97 |
| 2048 | 36.680.649,56 | 46.054.432,10 | -9.373.782,54 | -148.779.381,51 |
| 2049 | 37.243.968,29 | 46.093.256,11 | -8.849.287,82 | -157.628.669,33 |
| 2050 | 37.848.663,67 | 46.028.928,40 | -8.180.264,73 | -165.808.934,06 |
| 2051 | 38.506.212,20 | 45.761.416,56 | -7.255.204,36 | -173.064.138,42 |
| 2052 | 39.052.585,95 | 45.399.052,92 | -6.346.466,97 | -179.410.605,39 |
| 2053 | 39.479.568,66 | 45.192.263,36 | -5.712.694,70 | -185.123.300,09 |
| 2054 | 39.952.830,01 | 44.944.131,28 | -4.991.301,27 | -190.114.601,36 |
| 2055 | 40.479.226,31 | 44.598.602,11 | -4.119.375,80 | -194.233.977,16 |
| 2056 | 41.039.248,81 | 45.125.300,23 | -4.086.051,42 | -198.320.028,58 |
| 2057 | 41.609.270,50 | 45.656.166,33 | -4.046.895,83 | -202.366.924,41 |
| 2058 | 42.189.720,11 | 46.191.018,10 | -4.001.297,99 | -206.368.222,40 |
| 2059 | 42.781.053,30 | 46.730.004,39 | -3.948.951,09 | -210.317.173,49 |
| 2060 | 43.383.744,52 | 47.273.274,41 | -3.889.529,89 | -214.206.703,38 |
| 2061 | 43.998.297,79 | 47.820.646,99 | -3.822.349,20 | -218.029.052,58 |
| 2062 | 44.625.241,97 | 48.372.492,62 | -3.747.250,65 | -221.776.303,23 |
| 2063 | 45.265.128,95 | 48.928.741,15 | -3.663.612,20 | -225.439.915,43 |
| 2064 | 45.918.544,69 | 49.489.433,11 | -3.570.888,42 | -229.010.803,85 |
| 2065 | 46.586.104,74 | 50.054.719,64 | -3.468.614,90 | -232.479.418,75 |
| 2066 | 47.268.452,73 | 50.624.752,30 | -3.356.299,57 | -235.835.718,32 |
| 2067 | 47.966.268,45 | 51.199.462,55 | -3.233.194,10 | -239.068.912,42 |
| 2068 | 48.680.263,51 | 51.779.223,26 | -3.098.959,75 | -242.167.872,17 |
| 2069 | 49.411.186,40 | 52.363.856,47 | -2.952.670,07 | -245.120.542,24 |
| 2070 | 50.159.824,68 | 52.953.735,88 | -2.793.911,20 | -247.914.453,44 |
| 2071 | 50.927.007,19 | 53.548.684,35 | -2.621.677,16 | -250.536.130,60 |
| 2072 | 51.713.609,72 | 54.148.966,18 | -2.435.356,46 | -252.971.487,06 |
| 2073 | 52.520.554,52 | 54.754.515,35 | -2.233.960,83 | -255.205.447,89 |
| 2074 | 53.348.816,23 | 55.365.486,77 | -2.016.670,54 | -257.222.118,43 |
| 2075 | 54.199.424,92 | 55.981.815,30 | -1.782.390,38 | -259.004.508,81 |
| 2076 | 55.074.335,06 | 56.574.109,76 | -1.499.774,70 | -260.504.283,51 |



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

100
1970
Page 2 of 4

2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

RS 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a) | DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c) |
|----------------------|-------------------------------|-------------------------------|---|---|
| PLANO PREVIDENCIÁRIO | | | | |
| 2077 | 55.974.564,11 | 57.207.684,04 | -1.233.119,93 | -261.737.403,44 |
| 2078 | 56.900.360,45 | 57.845.540,65 | -945.180,20 | -262.682.583,64 |
| 2079 | 57.853.070,67 | 58.487.726,47 | -634.655,80 | -263.317.239,44 |
| 2080 | 58.834.118,53 | 59.134.288,88 | -300.170,35 | -263.617.409,79 |
| 2081 | 59.845.009,44 | 59.785.275,69 | 59.733,75 | -263.557.676,04 |
| 2082 | 60.887.335,22 | 60.440.735,20 | 446.600,02 | -263.111.076,02 |
| 2083 | 61.962.779,19 | 61.100.716,17 | 862.063,02 | -262.249.013,00 |
| 2084 | 63.073.121,47 | 61.765.267,86 | 1.307.853,61 | -260.941.159,39 |
| 2085 | 64.220.244,67 | 62.434.439,99 | 1.785.804,68 | -259.155.354,71 |
| 2086 | 65.406.139,86 | 63.108.282,79 | 2.297.857,07 | -256.857.497,64 |
| 2087 | 66.632.912,88 | 63.786.846,98 | 2.846.065,90 | -254.011.431,74 |
| 2088 | 67.902.791,10 | 64.470.183,77 | 3.432.607,33 | -250.578.824,41 |
| 2089 | 69.218.130,51 | 65.158.344,88 | 4.059.785,63 | -246.519.038,78 |
| 2090 | 70.581.423,20 | 65.851.382,55 | 4.730.040,65 | -241.788.998,13 |
| 2091 | 71.995.305,36 | 66.549.349,51 | 5.445.955,85 | -236.343.042,28 |
| 2092 | 73.462.565,68 | 67.252.299,02 | 6.210.266,66 | -230.132.775,62 |
| 2093 | 74.986.154,29 | 67.960.284,89 | 7.025.869,40 | -223.106.906,22 |
| 2094 | 76.569.192,17 | 68.673.361,41 | 7.895.830,76 | -215.211.075,46 |



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2021

Page 1 of 1

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

| TRIBUTOS | MODALIDADE | SETOR / PROGRAMAS BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
|--------------|------------|-----------------------------------|------------------------------|-----------|--------------|-----------------------------|
| | | | 2021 | 2022 | 2023 | |
| IMPOSTOS | REMISSÃO | CONTRIBUINTE | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | CONTIGENCIAMENTO DE DESPESA |
| DÍVIDA ATIVA | ANISTIA | CONTRIBUINTE | 1.800.000,00 | 0,00 | 1.900.000,00 | CONTIGENCIAMENTO DE DESPESA |

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.86], PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA., Data/hora da emissão: 26/mar/2020 17h e 04m"

10/05/2020



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

102
19/05
Page 1 of 1

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso.V)

R\$ 1,00

| EVENTOS | Valor Previsto para 2021 |
|---|--------------------------|
| Aumento Permanente da Receita | 0,00 |
| (-)Transf. Constitucionais | 0,00 |
| (-)Transf. FUNDEB | 0,00 |
| Saldo Final Aumento Perma Receita (I) | 0,00 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | 0,00 |
| Margem Bruta (III) - (I+II) | 0,00 |
| Saldo Utilizado (IV) | 0,00 |
| Impacto de Novas DOCC | 0,00 |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV) | 0,00 |

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.86], PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA., Data/hora da emissão: 26/mai/2020 17h e 05m"



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2021

103
2020

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

ARF (LRF, art 4o, § 3º)

RS 1,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|---------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| PASSIVOS CONTINGENTES | 0,00 | | 0,00 |
| Demandas Judiciais | 1.750.000,00 | Limitação de empenho | 1.750.000,00 |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento | 0,00 | | 0,00 |
| Avais e Garantias Concedidas | 0,00 | | -0,00 |
| Assunção de Passivos | 0,00 | | 0,00 |
| Assistências Diversas | 0,00 | | 0,00 |
| Outros Passivos Contingentes | 0,00 | | 0,00 |
| SUBTOTAL | 1.750.000,00 | SUBTOTAL | 1.750.000,00 |
| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | 0,00 | | 0,00 |
| Frustração de Arrecadação | 7.000.000,00 | Limitação de Empenho | 7.000.000,00 |
| Restituição de Tributos a Maior | 0,00 | | 0,00 |
| Discrepância de Projeções: | 0,00 | | 0,00 |
| Outros Riscos Fiscais | 0,00 | | 0,00 |
| SUBTOTAL | 7.000.000,00 | SUBTOTAL | 7.000.000,00 |
| TOTAL | 8.750.000,00 | TOTAL | 8.750.000,00 |

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.86], PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUAÇU PTA., Data/hora da emissão: 26/mai/2020 17h e 05m"



P.M. EST. TURIST. DE PARAGUAÇU PTA - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2021

Lei: 00000, Data: 27/05/2020

| ITEM | DESCRIÇÃO |
|------|-----------|
|------|-----------|

Clon
104
for

105
1077

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Vide Emenda
Constitucional nº Emendas Constitucionais Emendas Constitucionais de Revisão
91, de 2016

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º

ÍNDICE TEMÁTICO

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I
Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

106
197D

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 3º Nas referências:

I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público;

b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;

II - a Estados entende-se considerado o Distrito Federal;

III - a Tribunais de Contas estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

I - ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município;

II - empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;

III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Mensagem de veto

Vigência

Partes mantidas pelo Congresso Nacional

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal.

TÍTULO I

Da Lei de Orçamento

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 2º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

§ 1º Integrarão a Lei de Orçamento:

- I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;
- II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº 1;
- III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;
- IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

- I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;
- II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos nºs 6 a 9;
- III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

Art. 4º A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º.

108
197

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

Atualizada até a Emenda Nº 35, de 19-06-2018

(também, em 17/06/2015 a ADI julgada procedente pelo TJ SP promoveu alteração no texto do inciso XV do art. 114)

SUMÁRIO

Mensagem

Preâmbulo

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS – Arts. 1º a 6º

TÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

Das Competências Privativas – **Art. 7º**

CAPÍTULO II

Das Competências Comuns – **Art. 8º**

CAPÍTULO III

Das Competências Concorrentes – **Art. 9º**

CAPÍTULO IV

Da criação, Modificação, Supressão e Organização de Distritos – **Arts. 10 a 11**

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO I

Da Câmara dos Vereadores – **Arts. 12 a 13**

SEÇÃO II

Das Atribuições da Câmara de Vereadores – **Arts. 14 a 15**

SEÇÃO III

Da Estrutura – **Art. 16**

Subseção I

Do Presidente – **Arts. 17 a 18**

Subseção II

Da Mesa Diretora – **Arts. 19 a 23**

Subseção III

Do Plenário – **Art. 24**

Subseção IV

Das Comissões – **Arts. 25 a 27**

SEÇÃO IV

Do Funcionamento – **Arts. 28 a 31**

SEÇÃO V

Dos Vereadores – **Art. 32**

Subseção I

Da Posse – **Art. 33**

Subseção II

Do Exercício e da Interrupção do Mandato – **Arts. 34 a 35**

Subseção III

Dos Direitos e Deveres – **Arts. 36 a 37**

Subseção IV

Das Incompatibilidades – **Art. 38**

Subseção V

Da Remuneração – **Art. 39**

Subseção VI

Da Responsabilidade – **Arts. 40 a 41**

Subseção VII

Da Extinção do Mandato – **Art. 42**

Subseção VIII

Da Cassação do Mandato – **Arts. 43 a 46**

Subseção IX

Do Suplente – **Arts. 47 a 48**

SEÇÃO VI

Do Processo Legislativo

Subseção I

Disposições Gerais – **Arts. 49 a 51**

Subseção II

Da Emenda à Lei Orgânica – **Arts. 52 a 53**

Subseção III

Das Leis Complementares – **Art. 54**

Subseção IV

Das Leis Ordinárias – **Arts. 55 a 58**

Subseção V

Dos Decretos Legislativos e das Resoluções – **Arts. 59 a 60**

Subseção VI

Das Emendas – **Art. 61**

SEÇÃO VII

Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial – **Arts. 62 a 64**

CAPÍTULO II

Do Poder Executivo

SEÇÃO I

Disposições Gerais – **Arts. 65 a 66**



109
1970

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

LEI Nº. 3.169, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoria do Projeto: Sra. Prefeita

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista para o período de 2018 a 2021 (PPA 2018-2021) e dá outras providências.

ALMIRA RIBAS GARMS, Prefeita do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, no uso de atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ela **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio de 2018 a 2021 (PPA 2018-2021), em cumprimento ao disposto no inciso I e § 1º do art. 165 da Constituição Federal e inciso XIV do art. 70 e inciso I e § 1º do art. 297 da Lei Orgânica do Município.

§ 1º O PPA 2018-2021 estabelece, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos anexos desta lei.

§ 2º O disposto nesta lei compreende todos os órgãos da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária, com a indicação da fonte de recursos, sendo que o montante das despesas não deverá ultrapassar a previsão das receitas.

Art. 3º A exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, bem como a inclusão de novos programas ou aumentos ou diminuições dos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de projeto de lei de revisão do plano ou projeto de lei específico.

Art. 4º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias (projetos, atividades e operações especiais) no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, inserindo-se no respectivo programa, as modificações subsequentes.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no *caput* deste artigo fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

110/077

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001 (ATUALIZADA)(*)
(Publicada no D.O.U. nº 87-E, de 07.05.2001, Seção 1, páginas 15 a 20)

Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DO TESOUREO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA e o SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 50, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e

Considerando que, para que sejam consolidadas as Contas Públicas Nacionais, em obediência ao disposto no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), há a necessidade da uniformização dos procedimentos de execução orçamentária no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;-

Considerando que a uniformização desses procedimentos impõe, necessariamente, a utilização de uma mesma classificação orçamentária de receitas e despesas públicas;

Considerando, também, que, além da necessidade referida no item precedente, a unificação das mencionadas classificações trará incontestáveis benefícios sobre todos os aspectos, especialmente para o levantamento e análise de informações em nível nacional;

Considerando, por outro lado, que, de acordo com o art. 52, incisos I, alínea "b", e II, alínea "b", da Lei Complementar nº 101, de 2000, a demonstração da despesa constante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária far-se-á por grupo de natureza;-

Considerando que, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que cabe ao órgão central de contabilidade da União a edição das normas gerais para a consolidação das contas públicas, enquanto não for implantado o Conselho de Gestão Fiscal, previsto no art. 67 da referida Lei Complementar;-

Considerando, ainda, que, de acordo com o art. 4º do Decreto nº 3.589, de 6 de setembro de 2000, o órgão central do Sistema de Contabilidade Federal é a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;

Considerando, finalmente, que, nos termos do art. 13 do Decreto nº 3.750, de 14 de fevereiro de 2001, compete à Secretaria de Orçamento Federal - SOF do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP dispor sobre as classificações orçamentárias, **resolvem:**

Art. 1º Para as consolidações mencionadas no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão encaminhar suas contas à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, nos prazos previstos no § 1º do referido art. 51.

Art. 2º A classificação da receita, a ser utilizada por todos os entes da Federação, consta do Anexo I desta Portaria, ficando facultado o seu desdobramento para atendimento das respectivas peculiaridades.

111
1011

PORTARIA Nº 42, DE 14 DE ABRIL DE 1999 (ATUALIZADA) (*)
(Publicada no D.O.U. de 15.04.99)

Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, observado o art. 113 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o art. 14, inciso XV, alínea "a", da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.799-3, de 18 de março de 1999, resolve:

Art. 1º As funções a que se refere o art. 2º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, discriminadas no Anexo 5 da mesma Lei, e alterações posteriores, passam a ser as constantes do Anexo que acompanha esta Portaria.

§ 1º Como função, deve entender-se o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

§ 2º A função "Encargos Especiais" engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

§ 3º A subfunção representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

§ 4º As subfunções poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Para os efeitos da presente Portaria, entendem-se por:

a) Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

b) Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998.

Conversão da MPv nº 1.648-7, de 1998

Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

**Seção I
Da Qualificação**

Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;

b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;

c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;

d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;

e) composição e atribuições da diretoria;

f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;

g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;

h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

1130
1077

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999.

Regulamento

(Vide Lei nº 13.800, de 2019)

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

~~Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.~~

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.019, de 2014) (Vigência)

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

- I - as sociedades comerciais;
- II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
- VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;

114
2010

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Mensagem de veto

(Vigência)

(Vide Lei nº 13.800, de 2019)

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - organização da sociedade civil: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

1150
1077

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.018, DE 22 DE JULHO DE 2014.

Mensagem de veto

Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Cultura Viva, em conformidade com o caput do art. 215 da Constituição Federal, tendo como base a parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no campo da cultura, com o objetivo de ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais.

Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Cultura Viva:

I - garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais;

II - estimular o protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas da cultura;

III - promover uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil;

IV - consolidar os princípios da participação social nas políticas culturais;

V - garantir o respeito à cultura como direito de cidadania e à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica;

VI - estimular iniciativas culturais já existentes, por meio de apoio e fomento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;

VIII - potencializar iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade, e ampliar instrumentos de educação com educação;

IX - estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados disponibilizados para a ação cultural.

Art. 3º A Política Nacional de Cultura Viva tem como beneficiária a sociedade e prioritariamente os povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais ou no caso em que estiver caracterizada ameaça a sua identidade cultural.

Art. 4º A Política Nacional de Cultura Viva compreende os seguintes instrumentos:

I - pontos de cultura: entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades;

II - pontões de cultura: entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de pontos de cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com

MG
2019



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.845, DE 5 DE MARÇO DE 2004.

Conversão da MPv nº 139, de 2003

Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência - PAED, em cumprimento do disposto no inciso III do art. 208 da Constituição, com os seguintes objetivos:

- I - garantir a universalização do atendimento especializado de educandos portadores de deficiência cuja situação não permita a integração em classes comuns de ensino regular;
- II - garantir, progressivamente, a inserção dos educandos portadores de deficiência nas classes comuns de ensino regular.

Art. 2º Para os fins do disposto no art. 1º desta Lei, a União repassará, diretamente à unidade executora constituída na forma de entidade privada sem fins lucrativos que preste serviços gratuitos na modalidade de educação especial, assistência financeira proporcional ao número de educandos portadores de deficiência, conforme apurado no censo escolar realizado pelo Ministério da Educação no exercício anterior, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º O Conselho Deliberativo do FNDE expedirá as normas relativas aos critérios de alocação dos recursos, valores *per capita*, unidades executoras e caracterização de entidades, bem como as orientações e instruções necessárias à execução do PAED.

§ 2º A transferência de recursos financeiros, objetivando a execução do PAED, será efetivada automaticamente pelo FNDE, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante depósito em conta-corrente específica.

~~§ 3º A transferência de recursos financeiros às entidades é condicionada à aprovação prévia pelos Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, do programa de aplicação que atenda aos objetivos estabelecidos no art. 1º desta Lei. (Revogado pela Lei nº 11.494, de 2007).~~

§ 4º Os recursos recebidos à conta do PAED deverão ser aplicados pela entidade executora em despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º Para os fins do disposto no art. 1º desta Lei e no art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios prestar apoio técnico e financeiro às entidades privadas sem fins lucrativos que oferecem educação especial, na forma de:

- I - cessão de professores e profissionais especializados da rede pública de ensino, bem como de material didático e pedagógico apropriado;
- II - repasse de recursos para construções, reformas, ampliações e aquisição de equipamentos;



11#
107P

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009.

Conversão da Medida Provisória nº 455, de 2008

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Art. 3º A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.



118
1070

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Mensagem de veto

(Vide Decreto nº 99.658, de 1990)
(Vide Decreto nº 1.054, de 1994)
(Vide Decreto nº 7.174, de 2010)
(Vide Medida Provisória nº 544, de 2011)
(Vide Lei nº 12.598, de 2012)
(Vide Lei nº 13.800, de 2019)

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I
Dos Princípios

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010). (Regulamento). (Regulamento). (Regulamento).

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

DECRETO Nº 6.090, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

Regulamenta o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil, instituído pela Lei Federal nº 13.019/2014, e suas alterações, e estabelece regras específicas no âmbito do Município, e dá outras providências.

ALMIRA RIBAS GARMS, Prefeita do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, usando de atribuições que são conferidas pela legislação vigente e considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações;

DECRETA:

CAPÍTULO I – DA ABRANGÊNCIA

Art. 1º Este decreto dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública Municipal, Direta e Indireta, e as Organizações da Sociedade Civil, de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, no âmbito do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista.

Seção I – Das Definições Gerais

Art. 2º Para fins deste decreto, considera-se:

I - Administração Pública Municipal: a Administração Direta e Indireta do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista;

II - Organização da Sociedade Civil (OSC):

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

120
1077

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Vide Emenda
Constitucional nº Emendas Constitucionais Emendas Constitucionais de Revisão
91, de 2016

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º

ÍNDICE TEMÁTICO

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 3º Nas referências:

I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público;

b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;

II - a Estados entende-se considerado o Distrito Federal;

III - a Tribunais de Contas estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

I - ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município;

II - empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;

III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Mensagem de veto

Vigência

Partes mantidas pelo Congresso Nacional

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal.

TÍTULO I

Da Lei de Orçamento

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 2º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1º Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº 1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos nºs 6 a 9;

III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

Art. 4º A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

1230
97

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

Atualizada até a Emenda Nº 35, de 19-06-2018

(também, em 17/06/2015 a ADI julgada procedente pelo TJ SP promoveu alteração no texto do inciso XV do art. 114)

SUMÁRIO

Mensagem

Preâmbulo

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS – Arts. 1º a 6º

TÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

Das Competências Privativas – Art. 7º

CAPÍTULO II

Das Competências Comuns – Art. 8º

CAPÍTULO III

Das Competências Concorrentes – Art. 9º

CAPÍTULO IV

Da criação, Modificação, Supressão e Organização de Distritos – Arts. 10 a 11

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo.

SEÇÃO I

Da Câmara dos Vereadores – Arts. 12 a 13

SEÇÃO II

Das Atribuições da Câmara de Vereadores – Arts. 14 a 15

SEÇÃO III

Da Estrutura – Art. 16

Subseção I

Do Presidente – Arts. 17 a 18

Subseção II

Da Mesa Diretora – Arts. 19 a 23

Subseção III

Do Plêniário – Art. 24

Subseção IV

Das Comissões – Arts. 25 a 27

SEÇÃO IV

Do Funcionamento – Arts. 28 a 31

SEÇÃO V

Dos Vereadores – Art. 32

Subseção I

Da Posse – Art. 33

Subseção II

Do Exercício e da Interrupção do Mandato – Arts. 34 a 35

Subseção III

Dos Direitos e Deveres – Arts. 36 a 37

Subseção IV

Das Incompatibilidades – Art. 38

Subseção V

Da Remuneração – Art. 39

Subseção VI

Da Responsabilidade – Arts. 40 a 41

Subseção VII

Da Extinção do Mandato – Art. 42

Subseção VIII

Da Cassação do Mandato – Arts. 43 a 46

Subseção IX

Do Suplente – Arts. 47 a 48

SEÇÃO VI

Do Processo Legislativo

Subseção I

Disposições Gerais – Arts. 49 a 51

Subseção II

Da Emenda à Lei Orgânica – Arts. 52 a 53

Subseção III

Das Leis Complementares – Art. 54

Subseção IV

Das Leis Ordinárias – Arts. 55 a 58

Subseção V

Dos Decretos Legislativos e das Resoluções – Arts. 59 a 60

Subseção VI

Das Emendas – Art. 61

SEÇÃO VII

Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial – Arts. 62 a 64

CAPÍTULO II

Do Poder Executivo

SEÇÃO I

Disposições Gerais – Arts. 65 a 66



124
10/17

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

LEI Nº. 3.169, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoria do Projeto: Sra. Prefeita

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista para o período de 2018 a 2021 (PPA 2018-2021) e dá outras providências.

ALMIRA RIBAS GARMS, Prefeita do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, no uso de atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ela **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio de 2018 a 2021 (PPA 2018-2021), em cumprimento ao disposto no inciso I e § 1º do art. 165 da Constituição Federal e inciso XIV do art. 70 e inciso I e § 1º do art. 297 da Lei Orgânica do Município.

§ 1º O PPA 2018-2021 estabelece, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos anexos desta lei.

§ 2º O disposto nesta lei compreende todos os órgãos da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária, com a indicação da fonte de recursos, sendo que o montante das despesas não deverá ultrapassar a previsão das receitas:

Art. 3º A exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, bem como a inclusão de novos programas ou aumentos ou diminuições dos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de projeto de lei de revisão do plano ou projeto de lei específico.

Art. 4º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias (projetos, atividades e operações especiais) no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, inserindo-se no respectivo programa, as modificações subsequentes.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no *caput* deste artigo fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

1250
1047

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001 (ATUALIZADA)(*)
(Publicada no D.O.U. nº 87-E, de 07.05.2001, Seção 1, páginas 15 a 20)

Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DO TESOUREO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA e o SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 50, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e

Considerando que, para que sejam consolidadas as Contas Públicas Nacionais, em obediência ao disposto no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), há a necessidade da uniformização dos procedimentos de execução orçamentária no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando que a uniformização desses procedimentos impõe, necessariamente, a utilização de uma mesma classificação orçamentária de receitas e despesas públicas;

Considerando, também, que, além da necessidade referida no item precedente, a unificação das mencionadas classificações trará incontestáveis benefícios sobre todos os aspectos, especialmente para o levantamento e análise de informações em nível nacional;

Considerando, por outro lado, que, de acordo com o art. 52, incisos I, alínea "b", e II, alínea "b", da Lei Complementar nº 101, de 2000, a demonstração da despesa constante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária far-se-á por grupo de natureza;

Considerando que, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que cabe ao órgão central de contabilidade da União a edição das normas gerais para a consolidação das contas públicas, enquanto não for implantado o Conselho de Gestão Fiscal, previsto no art. 67 da referida Lei Complementar;

Considerando, ainda, que, de acordo com o art. 4º do Decreto nº 3.589, de 6 de setembro de 2000, o órgão central do Sistema de Contabilidade Federal é a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;

Considerando, finalmente, que, nos termos do art. 13 do Decreto nº 3.750, de 14 de fevereiro de 2001, compete à Secretaria de Orçamento Federal - SOF do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP dispor sobre as classificações orçamentárias, **resolvem:**

Art. 1º Para as consolidações mencionadas no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão encaminhar suas contas à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, nos prazos previstos no § 1º do referido art. 51.

Art. 2º A classificação da receita, a ser utilizada por todos os entes da Federação, consta do Anexo I desta Portaria, ficando facultado o seu desdobramento para atendimento das respectivas peculiaridades.

126
07

PORTARIA Nº 42, DE 14 DE ABRIL DE 1999 (ATUALIZADA) (*)
(Publicada no D.O.U. de 15.04.99)

Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, observado o art. 113 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o art. 14, inciso XV, alínea "a", da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.799-3, de 18 de março de 1999, resolve:

Art. 1º As funções a que se refere o art. 2º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, discriminadas no Anexo 5 da mesma Lei, e alterações posteriores, passam a ser as constantes do Anexo que acompanha esta Portaria.

§ 1º Como função, deve entender-se o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

§ 2º A função "Encargos Especiais" engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

§ 3º A subfunção representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

§ 4º As subfunções poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Para os efeitos da presente Portaria, entendem-se por:

a) Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

b) Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;

127
107



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998.

Conversão da MPv nº 1.648-7, de 1998

Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Seção I
Da Qualificação

Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;
- d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
- e) composição e atribuições da diretoria;
- f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
- g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
- h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
- i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

128
1979

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999.

Regulamento

(Vide Lei nº 13.800, de 2019)

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

~~Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.~~

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.019, de 2014) (Vigência)

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;

VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;

129
101P

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Mensagem de veto

(Vigência)

(Vide Lei nº 13.800, de 2019)

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - organização da sociedade civil: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

13018
947

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.018, DE 22 DE JULHO DE 2014.

Mensagem de veto

Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Cultura Viva, em conformidade com o caput do art. 215 da Constituição Federal, tendo como base a parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no campo da cultura, com o objetivo de ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais.

Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Cultura Viva:

I - garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais;

II - estimular o protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas da cultura;

III - promover uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil;

IV - consolidar os princípios da participação social nas políticas culturais;

V - garantir o respeito à cultura como direito de cidadania e à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica;

VI - estimular iniciativas culturais já existentes, por meio de apoio e fomento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;

VIII - potencializar iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade, e ampliar instrumentos de educação com educação;

IX - estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados disponibilizados para a ação cultural.

Art. 3º A Política Nacional de Cultura Viva tem como beneficiária a sociedade e prioritariamente os povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais ou no caso em que estiver caracterizada ameaça a sua identidade cultural.

Art. 4º A Política Nacional de Cultura Viva compreende os seguintes instrumentos:

I - pontos de cultura: entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades;

II - pontões de cultura: entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de pontos de cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

131
07

LEI Nº 10.845, DE 5 DE MARÇO DE 2004.

Conversão da MPv nº 139, de 2003

Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência - PAED, em cumprimento do disposto no inciso III do art. 208 da Constituição, com os seguintes objetivos:

I - garantir a universalização do atendimento especializado de educandos portadores de deficiência cuja situação não permita a integração em classes comuns de ensino regular;

II - garantir, progressivamente, a inserção dos educandos portadores de deficiência nas classes comuns de ensino regular.

Art. 2º Para os fins do disposto no art. 1º desta Lei, a União repassará, diretamente à unidade executora constituída na forma de entidade privada sem fins lucrativos que preste serviços gratuitos na modalidade de educação especial, assistência financeira proporcional ao número de educandos portadores de deficiência, conforme apurado no censo escolar realizado pelo Ministério da Educação no exercício anterior, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º O Conselho Deliberativo do FNDE expedirá as normas relativas aos critérios de alocação dos recursos, valores *per capita*, unidades executoras e caracterização de entidades, bem como as orientações e instruções necessárias à execução do PAED.

§ 2º A transferência de recursos financeiros, objetivando a execução do PAED, será efetivada automaticamente pelo FNDE, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante depósito em conta-corrente específica.

~~§ 3º A transferência de recursos financeiros às entidades é condicionada à aprovação prévia pelos Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, de programa de aplicação que atenda aos objetivos estabelecidos no art. 1º desta Lei. (Revogado pela Lei nº 11.494, de 2007).~~

§ 4º Os recursos recebidos à conta do PAED deverão ser aplicados pela entidade executora em despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º Para os fins do disposto no art. 1º desta Lei e no art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios prestar apoio técnico e financeiro às entidades privadas sem fins lucrativos que oferecem educação especial, na forma de:

I - cessão de professores e profissionais especializados da rede pública de ensino, bem como de material didático e pedagógico apropriado;

II - repasse de recursos para construções, reformas, ampliações e aquisição de equipamentos;



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

1320
19M

LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009.

Conversão da Medida Provisória nº 455, de 2008

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Art. 3º A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.



133
917

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Mensagem de veto

(Vide Decreto nº 99.658, de 1990)
(Vide Decreto nº 1.054, de 1994)
(Vide Decreto nº 7.174, de 2010)
(Vide Medida Provisória nº 544, de 2011)
(Vide Lei nº 12.598, de 2012)
(Vide Lei nº 13.800, de 2019)

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I
Dos Princípios

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento)
(Regulamento) (Regulamento)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

DECRETO Nº 6.090, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

Regulamenta o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil, instituído pela Lei Federal nº 13.019/2014, e suas alterações, e estabelece regras específicas no âmbito do Município, e dá outras providências.

ALMIRA RIBAS GARMS, Prefeita do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, usando de atribuições que são conferidas pela legislação vigente e considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações;

DECRETA:

CAPÍTULO I – DA ABRANGÊNCIA

Art. 1º Este decreto dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública Municipal, Direta e Indireta, e as Organizações da Sociedade Civil, de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, no âmbito do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista.

Seção I – Das Definições Gerais

Art. 2º Para fins deste decreto, considera-se:

I - Administração Pública Municipal: a Administração Direta e Indireta do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista;

II - Organização da Sociedade Civil (OSC):

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;